

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Edital 82/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
82/2025	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RAPHAEL BARROS GOMES DE CARVALHO	04/02/2026 12:50 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25000.012846/2025-80

Pregão

MINISTÉRIO DA SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90072/2026

Contratante (UASG): 250110

Objeto: Contratação contratação de serviço especializado de despacho aduaneiro que tem por objetivo o desenvolvimento das atividades relacionadas à liberação alfandegária de medicamentos, equipamentos e demais insumos estratégicos para saúde, integrantes dos Programas de Saúde do Ministério da Saúde.

Valor da contratação: R\$ 1.447.208,04 (um milhão, quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e oito reais e quatro centavos.)

Data da Sessão Pública: Dia 24/02/2026 às 09:30 h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Modo de disputa: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não.

Torna-se público que o Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Geral de Licitações e Contratos Administrativos, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço especializado de despacho aduaneiro que tem por objetivo o desenvolvimento das atividades relacionadas à liberação alfandegária de medicamentos, equipamentos e demais insumos estratégicos para saúde, integrantes dos Programas de Saúde do Ministério da Saúde, destinados ao abastecimento da rede de assistência do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. sociedades cooperativas;

3.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.5 e 3.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.6.5 e 3.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 10,00 (dez Reais).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21.1. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.21.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.21.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21.4. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- 7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.24.2. empresas brasileiras;
- 7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.16. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro /Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico *dipli@saude.gov.br*.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicafe.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: *dipli@saude.gov.br*.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO NOVAES FERNANDES ESPINDULA

Coordenador Geral de de Licitações e Contratos Administrativos



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 12:50:43.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Termo de Referência 165/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
165/2025	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	GUSTAVO APOLIANO MESQUITA	19/01/2026 17:10 (v 0.14)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25000.012846/2025-80

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25000.012846/2025-80)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado (sem dedicação exclusiva) de despacho aduaneiro, para desembaraço alfandegário de importações e exportações de medicamentos, equipamentos e demais insumos estratégicos para a saúde do Ministério da Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Despacho aduaneiro para desembaraço alfandegário de importações e exportações de medicamentos, equipamentos e demais insumos estratégicos para a saúde	0003921	unidade	804	R\$ 1.800,01	R\$ 1.447.208,04

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as demandas por importação e exportação são contínuas e se trata de serviço essencial, cuja interrupção comprometerá a continuidade das atividades dos

Programas de Saúde do Ministério da Saúde, que têm como principal objetivo, o desenvolvimento da política do Sistema Único de Saúde - SUS, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PAC) 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000018/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 09/05/2025;

III) Id do item no PCA: 70;

IV) Classe/Grupo: 839;

V) Identificador da Futura Contratação: 250110-72/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis no Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (PLS/MS 2024–2026):

4.1.1. Observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com responsabilidade compartilhada e destinação ambientalmente adequada de resíduos/embalagens gerados pela execução contratual (inclusive documentos e materiais de acondicionamento).

4.1.2. Cumprimento das normas ambientais aplicáveis (IN IBAMA nº 01/2010 e correlatas), com comprovação quando solicitado.

4.2. Adequação ambiental em serviços externos: a Contratada deverá assegurar, mesmo fora das instalações do órgão, o atendimento aos critérios ambientais, sociais e de acessibilidade definidos pela Administração.

4.2.1. Garantia de ausência de substâncias perigosas acima de limites RoHS (Hg, Pb, Cr(VI), Cd, PBBs, PBDEs) nos materiais e consumíveis empregados em atividades de apoio.

- 4.2.2. Treinamento interno para redução de consumo de água/energia e resíduos; adoção de medidas para evitar desperdício de água tratada.
- 4.2.3. Observância ao PLS/MS 2024–2026: campanhas de redução de impressões; diminuição de copos descartáveis (incentivo a reutilizáveis); uso responsável de energia e água; segregação de recicláveis.
- 4.2.4. Respeito às NBR aplicáveis sobre resíduos, aos arts. 170 e 225 da CF, à Lei nº 6.938/1981 (PNMA) e fornecimento de EPIs adequados à equipe.
- 4.2.5. Preferência por comunicações eletrônicas (e-mail/sistemas), salvo exigência legal de originais.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pelo Contratante, mantida a responsabilidade integral da Contratada e observada a qualificação técnica do subcontratado.

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a saber:

- 4.4.1. Atos típicos/privativos de despacho aduaneiro e representação perante RFB, ANVISA, MAPA, CNEN e demais órgãos anuentes;
- 4.4.2. Classificação fiscal, parametrização e condução técnica de desembaraço;
- 4.4.3. Registros e operações sistêmicas nucleares do processo (ex.: SISCOMEX, módulos ANVISA/MAPA, DUIMP, LI/DI/DTAs), bem como gestão de prazos e exigências.

4.5. Poderão ser subcontratadas apenas parcelas meramente operacionais e acessórias, sem conteúdo técnico nuclear do despacho, como:

- 4.5.1. Remessa física de documentos e serviços de cartório/protocolo simples;
- 4.5.2. Serviços de mensageria/apoio logístico não decisórios;
- 4.5.3. Atividades auxiliares de execução que não importem delegação de responsabilidade técnica do despacho.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela execução, supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, respondendo perante o Contratante pelo cumprimento rigoroso das obrigações.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, mediante avaliação da capacidade técnica do subcontratado, com juntada de documentação comprobatória aos autos.

4.8. É vedada a subcontratação quando houver vínculos técnicos, comerciais, econômicos, financeiros, trabalhistas ou civis, ou relação de parentesco (até 3º grau) com dirigentes/servidores do órgão contratante ou agentes envolvidos na contratação, fiscalização ou gestão.

4.9. Em serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra (quando for o caso), a Contratada terá responsabilidade solidária por atos/omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, IV, Decreto nº 12.174/2024). [Nota: o presente objeto não envolve dedicação exclusiva—vide 4.27.]

Garantia da contratação

4.10. Será exigida garantia de execução (arts. 96 e segs. da Lei nº 14.133/2021) com validade durante a execução e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, a critério do Contratante, nas modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

4.10.1. Não se aplica garantia adicional por proposta inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do orçamento, por não se tratar de obra/serviço de engenharia.

4.11. Optando pelo seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada até a assinatura do contrato.

4.11.1. A apólice permanecerá em vigor ainda que haja inadimplemento de prêmio pelo Tomador, até os limites regulamentares.

4.11.2. A não apresentação da apólice antes da assinatura acarreta preclusão do direito de escolha dessa modalidade.

4.11.3. Alterações de vigência do contrato principal deverão ser acompanhadas por endosso da apólice.

4.11.4. Admitida substituição da apólice na renovação/aniversário, sem períodos descobertos e mantidas as

coberturas (ressalvada suspensão contratual).

4.11.5. Se não optar por seguro-garantia, a Contratada apresentará, em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura (prorrogáveis por igual período a critério do Contratante), comprovação de prestação de garantia nas demais modalidades admitidas.

4.12. Caução em dinheiro: depósito em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.13. Títulos da dívida pública: emitidos sob forma escritural, registrados em sistema centralizado autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por valor econômico conforme órgão competente.

4.14. Fiança bancária: emitida por instituição autorizada a operar no País, com renúncia expressa do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.15. Título de capitalização: pagamento único, resgate pelo valor total, emitido por sociedade de capitalização autorizada pelo Governo Federal.

4.15.1. Apresentação do título com condições gerais e nº do processo administrativo no qual o plano foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, Circular SUSEP nº 656/2022).

4.16. A garantia deverá cobrir, sob pena de não aceitação:

4.16.1. Prejuízos por inadimplemento do objeto e das obrigações contratuais;

4.16.2. Multas moratórias/punitivas aplicadas;

4.16.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias (incl. FGTS) não adimplidas.

4.17. No seguro-garantia, a apólice deverá prever pagamento direto ao empregado após decisão administrativa definitiva que apure montante líquido e certo, independentemente de trânsito em julgado.

4.18. Em caso de alteração de valor ou prorrogação, a garantia será ajustada/renovada em até 10 (dez) dias úteis (prorrogáveis por igual período), contados do aditivo/apostilamento.

4.19. Se houver suspensão por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada fica desobrigada de renovar a garantia ou endossar a apólice até o reinício/adimplemento.

4.20. Utilizada total/parcialmente a garantia, a Contratada deverá repor o valor em até 10 (dez) dias úteis (prorrogáveis por igual período), contados da notificação.

4.21. O Contratante poderá executar a garantia na forma da legislação.

4.21.1. O emitente da garantia será notificado quanto ao início de processo administrativo por descumprimento.

4.21.2. No seguro-garantia, a comunicação de sinistro poderá ocorrer fora da vigência da apólice se o evento tiver ocorrido durante a vigência, observados os prazos prescricionais (art. 20, Circular SUSEP nº 662/2022).

4.22. A garantia extingue-se com a restituição/anuência (carta fiança, liberação de caução ou resgate do título), acompanhada de termo circunstanciado declarando cumprimento integral das cláusulas.

4.22.1. A extinção do seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.22.2. A Administração deverá verificar pendências antes do término da apólice.

4.23. A garantia só será liberada após a fiel execução do contrato ou extinção por culpa exclusiva da Administração; valores em dinheiro serão atualizados monetariamente.

4.24. O Contratante poderá reter a garantia, a qualquer tempo, conforme o Termo de Referência.

4.25. O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado para apurar prejuízos/sanções à Contratada.

4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia de produto/serviço prevista no Termo de Referência.

Natureza e condições do serviço

4.27. O objeto configura serviço comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 (padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis no edital).

4.28. Trata-se de serviço de natureza continuada, sob demanda, sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva, essencial à continuidade dos Programas de Saúde do MS, cujo fluxo pode variar conforme campanhas /urgências sanitárias (ex.: vacinas/pandemias).

4.29. O serviço enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não abrangendo atividades vedadas pelo

art. 3º.

4.30. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre empregados da Contratada e a Administração, vedadas pessoalidade e subordinação direta.

Padrões mínimos de qualidade e requisitos técnicos

4.31. A licitante deverá ser empresa especializada em despacho aduaneiro, com qualificação, formação, experiência, credibilidade e domínio técnico para desembaraço de medicamentos, equipamentos e insumos de saúde (importação/exportação).

4.32. Capacidade operacional mínima: equipe, equipamentos e estrutura compatíveis com 67 (sessenta e sete) desembarços/mês, com distribuição estimada de 90% no Aeroporto Internacional de São Paulo e/ou Porto de Santos e 10% em demais pontos alfandegados do País.

4.33. Equipe técnica: comprovação de expertise nas atividades dos arts. 808 a 810 do Decreto nº 6.759/2009 (Regulamento Aduaneiro).

4.34. Estrutura documental: capacidade própria para emissão/gestão de LI, DI/DUIMP, DTA, DSI e congêneres, sem limitação por volume de itens.

4.34.1. Equipe operacional em Brasília/DF para isenções de ICMS e atos conexos, considerando o CNPJ do Contratante.

4.34.2. Cadastro CNAE compatível com atividades aduaneiras; comprovação de experiência com ANVISA (LI sujeitas à anuência) e, quando aplicável, CNEN e MAPA.

4.34.3. Registros e credenciais sistêmicas: mínimo de 3 (três) habilitações RADAR SISCOMEX e 3 (três) acessos SISCOMEX ativos.

4.34.4. Observância a: Decreto-Lei nº 2.472/1988 (exercício da profissão), IN RFB nº 1209/2011 (registro de despachantes), IN RFB nº 800/2007 (controle aduaneiro informatizado) e suas alterações (IN RFB nº 1473/2014 - procedimentos operacionais, IN RFB nº 1621/2016 - informação de carga e IN RFB nº 2044/2021 - movimentação de embarcações e cargas), IN SRF nº 680/2006 (importação) e alteração (IN SRF nº 1759/2017 - retificação da DI), IN SRF nº 28/1994 (exportação) e alteração (IN SRF nº 1407/2013 - retificação da) e Manuais Aduaneiros da RFB.

4.34.5. Comunicações eletrônicas preferenciais entre as partes (Administração, Contratada, fornecedores e intervenientes), salvo exigência de originais.

Vistoria

4.35. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Instalação de escritório

4.36. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços que a Contratada possa instalar/possua escritório com estrutura administrativa mínima no Município de Brasília/DF, para atendimento às rotinas específicas (ex.: isenção de ICMS) e articulação com órgãos federais, conforme razões constantes do ETP.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto está previsto para o dia 02/03/2026.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados em portos e aeroportos das demais unidades da federação, na proporção estimada de 90% no Aeroporto Internacional de São Paulo e/ou Porto de Santos e 10% nos portos e aeroportos das demais unidades da federação, considerando a abrangência da prestação do serviço.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00. Além disso, quando necessário, por motivo de força maior (casos de urgência, Estado de Calamidade Pública e Situação de Emergência), também nos sábados, domingos e feriados das 08:00 às 18:00 e fora do horário comercial.

5.4. Rotinas a serem cumpridas em relação aos serviços de importação

5.4.1. A execução contratual observará as rotinas:

- Proceder à liberação alfandegária das mercadorias praticando todos os atos necessários à referida liberação, tais como: análise documental, classificação fiscal (NCM), licenciamento, procedimentos administrativos junto a órgãos anuentes, preparo e registro da licença de importação – LI, Declaração de importação – DI, ou outro sistema disponível para o desembaraço aduaneiro, caso a ANVISA atualize os sistemas e acompanhamento dos processos de desembaraço junto às inspetorias da alfândega no aeroporto e/ou porto com o fito de obter a correspondente imunidade tributária e isenções de impostos e taxas, dentre outras atividades rotineiras pertinentes ao processo de desembaraço;
- Efetuar abertura de Licença de Importação – LI quando solicitado via e-mail pela COIMP/CGLOG. Após a conferência da LI pela COIMP/CGLOG e solicitação de protocolo, protocolar a documentação da carga nos órgãos anuentes, previamente ao embarque, em até 6 (seis) horas úteis, para antecipação de análise;
- Analisar documentos inerentes à importação como: Fatura, Packing List, AWB, BL, dentre outros que serão encaminhados via e-mail pela COIMP/CGLOG e orientar quanto à correta confecção do jogo de documentos em até 8 (oito) horas úteis;
- Conferir e protocolar o pré-alerta com os documentos encaminhados pela COIMP/CGLOG via e-mail, para verificar se possuem alguma inconsistência, tomar medidas cabíveis e informar a COIMP/CGLOG. É permitida a comunicação entre fornecedor e a Contratada para ajuste documental, entretanto o andamento do processo de importação /exportação deve ser autorizado pela COIMP/CGLOG, bem como a autorização de embarque da carga;
- Acompanhar diariamente o status das Licenças de Importação junto aos órgãos anuentes, tais como: DECEX, CNEN, ANVISA, INMETRO e demais órgãos, e comunicar o deferimento ou exigência à COIMP/CGLOG em até 06 (seis) horas úteis;
- A COIMP/CGLOG autorizará o embarque da carga apenas quando do deferimento da Licença de Importação pela ANVISA ou exigência exclusiva de conhecimento de embarque da carga (AWB/BL) e/ou Termo de Guarda e Responsabilidade (TGRP);
- As empresas que forem fornecer os insumos de IES devem encaminhar o AWB/BL original à Contratada com cópia para a COIMP/CGLOG, antes da chegada da carga, para ser protocolado na ANVISA em até 06 (seis) horas úteis, a fim de se obter a análise prévia da ANVISA, em consonância com o prazo exíguo de isenção de Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e Capatazia (RESOLUÇÃO ANAC Nº 765, DE 23 DE JANEIRO DE 2025), durante sua vigência, ficando sujeita a alterações;
- Retirar documentos físicos na COIMP/CGLOG em até 4 (quatro) horas úteis, se necessário for, quando solicitado;
- Regularizar eventuais pendências junto aos órgãos anuentes, normativos e fiscalizadores do comércio internacional, informando à COIMP/CGLOG quando tal situação ocorrer;
- Recepcionar as mercadorias importadas pela Administração Contratante no momento da chegada das cargas nos portos, aeroportos e terminais alfandegados em todo território nacional. Comunicar à COIMP/CGLOG em até 06 (seis) horas úteis após a chegada da carga, conferir se as informações da documentação da carga estão corretas para o desembaraço, tomar medidas cabíveis e informar a COIMP/CGLOG;
- Retirar documentação junto ao agente de cargas e encaminhar uma cópia à COIMP/CGLOG em até 06 (seis) horas úteis após a chegada da carga;
- Solicitar as inspeções sanitárias à ANVISA e demais órgãos anuentes em até 6 (seis) horas úteis após a chegada da carga, acompanhar o resultado e informar à COIMP/CGLOG;

- Providenciar o registro da Declaração de Importação (DI) em até 06 (seis) horas úteis contados a partir do deferimento da Licença de Importação (LI) ou da liberação da carga no sistema, nos casos de importação sem licenciamento;
- Acompanhar o prazo de isenção de Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e de Capatazia e enviar as taxas marítimas portuárias no mesmo dia que a carga atracar no Porto de Santos à Administração Contratante ou ao fornecedor, dependendo do Incoterm do produto, obedecendo à legislação vigente, e informar à COIMP/CGLOG diariamente até o agendamento de coleta da carga;
- A Contratada deverá prontamente tomar providências e comunicar à COIMP/CGLOG, sobre problemas relacionados com a Licença de Importação (LI), documentos para o desembaraço e Declaração de Importação e quaisquer outros, para sua imediata correção;
- Providenciar o preenchimento em formulário próprio e protocolar o pedido de exoneração do ICMS junto à Receita Estadual/Federal, de acordo com a legislação vigente à época do desembaraço;
- Solicitar à COAL/CGLOG, por e-mail ou em sistema a ser informado pelo Ministério da Saúde, o agendamento de retirada da carga nos portos, aeroportos e terminais alfandegados, anteriormente ao vencimento do prazo de capatazia, reiterando o pedido diariamente, caso não haja resposta;
- Manter a COALOG/CGLOG informada por e-mail sobre detalhes da retirada da carga no aeroporto/porto, para que medidas possam ser tomadas, quando necessário;
- Informar a data de agendamento de retirada da carga no aeroporto/porto ao fornecedor e solicitar, a ele, a confirmação do agendamento;
- Desembarçar as mercadorias nos portos, aeroportos e zonas secundárias em todo o território nacional, e tomar demais providências que se fizerem necessárias para a realização dos serviços de importação;
- Responsabilizar-se pelo desembaraço completo junto a todos os órgãos envolvidos pela liberação dos bens e produtos importados;
- Enviar representante da Contratada para acompanhar presencialmente a retirada das cargas nos portos e aeroportos, conforme inciso V do Art. 808 do Decreto nº 6.759 de 05 de fevereiro de 2009. Verificar as condições em que as cargas estão sendo retiradas e informar aos setores: COIMP, COALOG, COAL e CGLOG sobre qualquer ocorrência, para que medidas possam ser tomadas, quando necessário;
- Encaminhar à COIMP/CGLOG, a folha de confirmação de chegada de cargas, quando necessário, em até 1 (um) dia após a chegada da carga;
- Encaminhar imediatamente à COIMP/CGLOG, na data de recebimento, os boletos referentes às taxas portuárias (armazenagem, armador, BL, demurrage ou outras taxas provenientes do desembaraço marítimos) somente para às aquisições via OPAS, considerando que para essas aquisições o incoterm utilizado é o DPU, e no caso das aquisições por outros fornecedores enviar diretamente à eles os documentos para pagamentos das taxas marítimas, tendo em vista que o Incoterm para essas aquisições é DAP, para que seja efetuado o pagamento;
- Imediatamente após o pagamento das taxas portuárias efetuado pelo Ministério da Saúde, a CONTRATADA deverá proceder imediatamente com o desembaraço aduaneiro para que todo o processo seja concluído no prazo do free time (negociado com o fornecedor para a devolução dos contaneirs), a fim de evitar pagamentos de multas e demurrages;
- Caso a contratada não envie os boletos à COIMP/CGLOG na data de recebimento e, em decorrência desse atraso, sejam geradas multas, a contratada será responsável por arcar com os custos decorrentes dessas multas;
- Realizar o enquadramento da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e outros, quando necessário;
- Emitir e acompanhar Termos de Guarda e Responsabilidade - TGRP para os produtos que serão certificados pelo controle de qualidade, em conformidade com a legislação vigente;

- Tomar as providências necessárias para o pedido de baixa do Termo de Guarda e Responsabilidade junto ao órgão responsável, em conformidade com a legislação vigente, acompanhar e enviar o respectivo termo baixado para COALOG, COAL e COIMP em até 08 (oito) horas úteis após emissão da baixa pelo órgão responsável;
- Emitir relatórios semanais dos status das cargas da Administração Contratante, para evitar o pagamento de taxas nos Aeroportos, tendo em vista que o Ministério da Saúde, detém de período de isenção, e nos Portos marítimos para não ultrapassar os períodos de primeira armazenagens;
- Ter controle dos processos de importação realizados para a Administração contratante e manter o status dos processos sempre atualizados para eventual consulta;
- Providenciar todo o expediente necessário ao desembaraço, assim como, emissão das respectivas taxas, tarifas e outras despesas acessórias de importação, porventura existentes, comunicando sempre à COIMP/CGLOG;
- Manter documentação dos processos de desembaraços feitos para consulta da Administração Contratante, quando necessário;
- Utilizar sistema específico da Administração Contratante, quando solicitado;
- Informar à COIMP/CGLOG, todos os custos envolvidos no desembaraço das cargas de interesse da Administração Contratante, quando solicitado;
- Encaminhar à COIMP/CGLOG, cópia do CCT com as devidas ressalvas sobre os códigos de avarias, caso ocorra após a chegada da carga;
- A contratada deverá, em cumprimento das legislações fiscal e tributária brasileiras, fazer a correta emissão das notas fiscais dos desembaraços prestados por ela;
- O não cumprimento das obrigações e prazos previstos nos itens acima deverão ser devidamente justificados, se solicitado pela Administração Contratante, estando, a Contratada, sujeita às penalidades e multas contratuais;
- Conhecer as legislações pertinentes aos processos de importação e acompanhar suas alterações, comunicando à COIMP/CGLOG;
- Realizar o desembaraço aduaneiro em casos de Urgência, Estado de Calamidade Pública, Situação de Emergência, Doação internacional de medicamento que não tenha no Brasil e também, caso seja necessário, de Cooperação Humanitária, Doação do Brasil para outros países e demais atividades relacionadas;
- O desembaraço deverá ser realizado a qualquer tempo, quando solicitado pela Contratante, em casos de Urgência, Estado de Calamidade Pública, Situação de Emergência e Cooperação Humanitária;
- Realizar todo o serviço aduaneiro, bem como acompanhar a carga, se for necessário, nos terminais dos aeroportos e portos, para a importação e exportação/Cooperação Humanitária/Doação, caso o Ministério da Saúde seja o importador/exportador;e
- Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00. Além disso, quando necessário, por motivo de força maior (casos de Urgência, Estado de Calamidade Pública, Situação de Emergência e Cooperação Humanitária), também aos sábados, domingos e feriados das 08:00 às 18:00 e fora do horário comercial, para esses casos poderá ser cobrado adicional de hora extra limitado a 50% do valor do desembaraço.

5.5. Rotinas a serem cumpridas em relação aos serviços de exportação/Doação/Cooperação Humanitária

5.5.1. A execução contratual observará as rotinas:

- Adotar todas as providências necessárias para a exportação/Doação/Cooperação Humanitária de medicamentos, equipamentos e insumos estratégicos para saúde solicitadas pela COIMP/CGLOG/DLOG;

- Providenciar os embarques de cargas para o exterior, quando se tratar de exportação/Doação/Cooperação Humanitária, no prazo máximo de 16 (dezesseis) horas úteis a contar da data do desembarço aduaneiro da mercadoria, de forma a dar total segurança aos bens, bem como informar a chegada da carga ao consignatário no exterior;
- Emitir Registro de Exportação (RE), quando cabível, em conformidade com legislação vigente e normas de comércio exterior previstas em até 08 (oito) horas úteis;
- Acompanhar, via SISCOMEX ou sistema específico, as exportações/Doações/Cooperações Humanitárias até sua liberação pelos órgãos anuentes, comunicando imediatamente à COIMP/CGLOG/DLOG;
- Registrar Declaração de Exportação (DDE);
- Recepcionar ou despachar as cargas nos portos, aeroportos e zonas secundárias em todo território nacional;
- Despachar as cargas aos países de destino e demais atividades que se fizerem necessárias para a realização dos serviços de exportação/Doação/Cooperação Humanitária;
- O não cumprimento das obrigações e prazos previstos nos itens acima deverão ser devidamente justificados, se solicitado pela Administração Contratante, estando, a Contratada, sujeita às penalidades e multas contratuais;
- Conhecer as legislações pertinentes aos procedimentos de exportação e acompanhar suas alterações, comunicando à COIMP/CGLOG/DLOG;
- Realizar o desembarço aduaneiro em casos de Urgência, Estado de Calamidade Pública, Situação de Emergência, Doação internacional de medicamento que não tenha no Brasil e também, caso seja necessário, de Cooperação Humanitária, Doação do Brasil para outros países e demais atividades relacionadas;
- O desembarço deverá ser realizado a qualquer tempo, quando solicitado pela Contratante, em casos de Urgência, Estado de Calamidade Pública, Situação de Emergência e Cooperação Humanitária;
- Realizar todo o serviço aduaneiro, bem como acompanhar a carga, se for necessário, nos terminais dos aeroportos e portos, para a importação e exportação/Cooperação Humanitária/Doação, caso o Ministério da Saúde seja o importador/exportador;e
- Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00. Além disso, quando necessário, por motivo de força maior (casos de Urgência, Estado de Calamidade Pública, Situação de Emergência e Cooperação Humanitária), também aos sábados, domingos e feriados das 08:00 às 18:00 e fora do horário comercial, para esses casos poderá ser cobrado adicional de hora extra limitado a 50% do valor do desembarço.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice IV.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/11/2025 data da assinatura da nota técnica da pesquisa de preços.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.44.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.44.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 18% (dezoito por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 13% (treze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 7% (sete por cento) a 9% (nove por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Ato de autorização para o exercício da atividade de despachante aduaneiro, expedido pela Receita Federal do Brasil nos termos do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1209, de novembro de 2021.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.2. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.29.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Brasília - DF, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.447.208,04 (um milhão quatrocentos e quarenta e sete mil duzentos e oito reais e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/250110;

II) Fonte de recursos: 1002000000;

III) Programa de trabalho: 10.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de despesa: 3.3.90.39 e

V) Plano Orçamentário: 0008.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 21 de novembro de 2025.

Gustavo Apoliano Mesquita

Equipe de Planejamento da Contratação

Lilian Almeida Araújo de Melo Sá
Equipe de Planejamento da Contratação

Katiane Rodrigues Torres
Equipe de Planejamento da Contratação

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)


NÃO SE APLICA

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


NÃO SE APLICA

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **KATIANE RODRIGUES TORRES**
Data: 20/01/2026 13:38:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KATIANE RODRIGUES TORRES
Coordenadora-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde

Documento assinado digitalmente
 **LILIAN ALMEIDA ARAUJO DE MELO SA**
Data: 19/01/2026 17:26:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LILIAN ALMEIDA ARAUJO DE MELO SA



Documento assinado digitalmente

GUSTAVO APOLIANO MESQUITA

Data: 20/01/2026 12:09:34-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

GUSTAVO APOLIANO MESQUITA

Agente Administrativo

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Estudo Técnico Preliminar 138/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25000.012846/2025-80

2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade consiste na prestação de **serviço de despacho aduaneiro**, atividade fundamental para o adequado funcionamento dos Programas de Saúde mantidos pelo Ministério da Saúde. A demanda decorre da imprescindibilidade de se realizar, com celeridade e segurança jurídica, o conjunto de procedimentos administrativos e operacionais junto à Receita Federal do Brasil e demais órgãos anuentes, relacionados à **importação de medicamentos, equipamentos e demais insumos estratégicos para a saúde**, destinados à rede de atendimento do **Sistema Único de Saúde – SUS**. Tais atividades, reguladas especificamente pelos artigos 808 a 810 do Decreto nº 6.759/2009 (Regulamento Aduaneiro), configuram um serviço técnico especializado cuja condução demanda conhecimento profundo da legislação tributária, sanitária, de vigilância e logística internacional.

2.2. O atendimento a essa necessidade reveste-se de alta relevância, dado que a função desempenhada pelo despachante aduaneiro contratado incide diretamente sobre a **eficiência do processo de liberação alfandegária de insumos críticos à saúde pública**. A morosidade ou falha nesse processo acarreta prejuízos à continuidade das políticas públicas de saúde, principalmente naquelas voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade ou com dependência de medicamentos importados não fabricados no Brasil. Além disso, por se tratar de matéria sensível – envolvendo controle sanitário, cadeia do frio, licenciamento, classificação fiscal e liberação de cargas em tempo hábil – o domínio técnico-operacional do prestador de serviço é decisivo para evitar penalidades legais e garantir o pleno acesso da população ao tratamento de saúde de forma contínua e equânime.

2.3. A problemática que fundamenta esta contratação reside, portanto, na ausência de pessoal técnico especializado no quadro do Ministério da Saúde com atribuições e habilitações legais para a execução dos procedimentos de despacho aduaneiro em âmbito nacional. Essa lacuna administrativa compromete a atuação célere e eficiente junto aos postos alfandegários e órgãos de fiscalização federal, configurando risco operacional relevante à condução das atividades ministeriais ligadas à logística de importação de produtos de saúde. Dada a complexidade das exigências normativas e a pluralidade de órgãos intervenientes no processo aduaneiro – como ANVISA, MAPA, Receita Federal, Infraero e Vigilância Agropecuária – é tecnicamente justificável e juridicamente necessária a contratação de empresa especializada com atuação reconhecida e cobertura nacional.

2.4. O atendimento desta necessidade trará impactos positivos significativos para a Administração Pública e, principalmente, para a sociedade brasileira. Em primeiro plano, permitirá o cumprimento eficaz das competências constitucionais e legais atribuídas ao Ministério da Saúde no que se refere ao **provimento de insumos médicos essenciais para o SUS**, assegurando a continuidade dos tratamentos, o abastecimento regular das unidades de saúde e o fortalecimento da política pública de acesso universal e integral à saúde. Em segundo plano, a contratação de serviço especializado de despacho aduaneiro contribuirá para a **prevenção de custos decorrentes de armazenagem e multas por atrasos**, além de otimizar os prazos de liberação e transporte dos insumos até seu destino final, promovendo ganhos logísticos e econômicos para toda a cadeia pública de suprimentos de saúde.

2.5. Assim, conclui-se que o atendimento da referida necessidade representa medida indispensável à **garantia do interesse público primário**, dado que permite a superação de entraves administrativos internos e a adequada articulação com a burocracia alfandegária nacional. A impossibilidade de atendimento dessa necessidade comprometeria seriamente a continuidade das ações de saúde pública, implicando risco direto de **desabastecimento da rede SUS** e consequente prejuízo ao direito fundamental à saúde assegurado no art. 196 da Constituição Federal. Portanto, a contratação se justifica não apenas pela falta de capacidade técnica instalada no órgão, mas sobretudo pela necessidade de assegurar resposta tempestiva, técnica e segura às demandas crescentes e complexas da **logística internacional de saúde pública**.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGLOG/DLOG	Katiane Rodrigues Torres
COIMP/CGLOG/DLOG	Lilian Almeida Araújo de Melo Sá
COIMP/CGLOG/DLOG	Gustavo Apoliano Mesquita

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis no Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (**PLS/MS 2024–2026**):

4.1.1. Observância à **Política Nacional de Resíduos Sólidos** (Lei nº 12.305/2010), com responsabilidade compartilhada e destinação ambientalmente adequada de resíduos/embalagens gerados pela execução contratual (inclusive documentos e materiais de acondicionamento).

4.1.2. Cumprimento das normas ambientais aplicáveis (**IN IBAMA nº 01/2010** e correlatas), com comprovação **quando solicitado**.

4.2. Adequação ambiental em serviços externos: a Contratada deverá assegurar, mesmo fora das instalações do órgão, o atendimento aos critérios ambientais, sociais e de acessibilidade definidos pela Administração.

4.2.1. Garantia de **ausência de substâncias perigosas** acima de limites RoHS (Hg, Pb, Cr(VI), Cd, PBBs, PBDEs) nos materiais e consumíveis empregados em atividades de apoio.

4.2.2. **Treinamento interno** para redução de consumo de água/energia e resíduos; adoção de medidas para evitar desperdício de água tratada.

4.2.3. Observância ao **PLS/MS 2024–2026**: campanhas de redução de impressões; diminuição de copos descartáveis (incentivo a reutilizáveis); uso responsável de energia e água; segregação de recicláveis.

4.2.4. Respeito às NBR aplicáveis sobre resíduos, aos arts. 170 e 225 da CF, à **Lei nº 6.938/1981** (PNMA) e fornecimento de **EPIs** adequados à equipe.

4.2.5. Preferência por **comunicações eletrônicas** (e-mail/sistemas), salvo exigência legal de originais.

Subcontratação

4.3. É permitida a **subcontratação parcial** do objeto, até o limite de **40% (quarenta por cento)** do valor total do contrato, desde que previamente **autorizada pelo Contratante**, mantida a responsabilidade integral da Contratada e observada a qualificação técnica do subcontratado.

4.4. É vedada a subcontratação **completa** ou da **parcela principal** da obrigação, a saber:

4.4.1. Atos típicos/privativos de despacho aduaneiro e **representação** perante RFB, ANVISA, MAPA, CNEN e demais órgãos anuentes;

4.4.2. **Classificação fiscal**, parametrização e condução técnica de desembaraço;

4.4.3. **Registros e operações sistêmicas nucleares** do processo (ex.: SISCOEX, módulos ANVISA/MAPA, DUIMP, LI/DI/DTAs), bem como gestão de prazos e exigências.

4.5. Poderão ser subcontratadas **apenas** parcelas **meramente operacionais e acessórias**, sem conteúdo técnico nuclear do despacho, como:

4.5.1. Remessa física de documentos e serviços de cartório/protocolo simples;

4.5.2. Serviços de mensageria/apoio logístico **não decisórios**;

4.5.3. Atividades auxiliares de execução que não importem delegação de responsabilidade técnica do despacho.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a **responsabilidade integral** da Contratada pela execução, supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, respondendo perante o Contratante pelo cumprimento rigoroso das obrigações.

4.7. A subcontratação depende de **autorização prévia** do Contratante, mediante avaliação da **capacidade técnica** do subcontratado, com juntada de documentação comprobatória aos autos.

4.8. É vedada a subcontratação quando houver vínculos técnicos, comerciais, econômicos, financeiros, trabalhistas ou civis, ou relação de parentesco (até 3º grau) com dirigentes/servidores do órgão contratante ou agentes envolvidos na contratação, fiscalização ou gestão.

4.9. Em serviços contínuos com **dedicação exclusiva de mão de obra** (quando for o caso), a Contratada terá **responsabilidade solidária** por atos /omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, IV, **Decreto nº 12.174/2024**). [Nota: o presente objeto não envolve dedicação exclusiva—vide 4.27.]

Garantia da contratação

4.10. Será exigida **garantia de execução** (arts. 96 e segs. da Lei nº 14.133/2021) com validade durante a execução e por mais **90 (noventa) dias** após o término da vigência, no valor de **5% (cinco por cento) do valor total** da contratação, a critério do Contratante, nas modalidades: **caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização**.

4.10.1. Não se aplica garantia adicional por proposta inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do orçamento, por não se tratar de obra/serviço de engenharia.

4.11. Optando pelo **seguro-garantia**, a apólice deverá ser apresentada **até a assinatura** do contrato.

4.11.1. A apólice permanecerá em vigor ainda que haja inadimplemento de prêmio pelo Tomador, até os limites regulamentares.

4.11.2. A não apresentação da apólice antes da assinatura acarreta **preclusão** do direito de escolha dessa modalidade.

4.11.3. Alterações de vigência do contrato principal deverão ser acompanhadas por **endosso** da apólice.

4.11.4. Admitida **substituição** da apólice na renovação/aniversário, sem períodos descobertos e mantidas as coberturas (ressalvada suspensão

contratual).

4.11.5. Se não optar por seguro-garantia, a Contratada apresentará, em até **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura (prorrogáveis por igual período a critério do Contratante), comprovação de prestação de garantia nas demais modalidades admitidas.

4.12. Caução em dinheiro: depósito em conta específica na **Caixa Econômica Federal**, com correção monetária.

4.13. Títulos da dívida pública: emitidos sob forma escritural, registrados em sistema centralizado autorizado pelo **Banco Central do Brasil** e avaliados por valor econômico conforme órgão competente.

4.14. Fiança bancária: emitida por instituição autorizada a operar no País, com renúncia expressa do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.15. Título de capitalização: pagamento único, resgate pelo valor total, emitido por sociedade de capitalização autorizada pelo Governo Federal.

4.15.1. Apresentação do título com condições gerais e nº do processo administrativo no qual o plano foi aprovado pela **Susep** (art. 8º, III, **Circular SUSEP nº 656/2022**).

4.16. A garantia deverá cobrir, sob pena de não aceitação:

4.16.1. Prejuízos por inadimplemento do objeto e das obrigações contratuais;

4.16.2. Multas moratórias/punitivas aplicadas;

4.16.3. Obrigações **trabalhistas e previdenciárias** (incl. FGTS) não adimplidas.

4.17. No **seguro-garantia**, a apólice deverá prever **pagamento direto ao empregado** após decisão administrativa definitiva que apure montante líquido e certo, independentemente de trânsito em julgado.

4.18. Em caso de alteração de valor ou prorrogação, a garantia será **ajustada/renovada** em até **10 (dez) dias úteis** (prorrogáveis por igual período), contados do aditivo/apostilamento.

4.19. Se houver **suspensão** por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada fica desobrigada de renovar a garantia ou endossar a apólice até o reinício/adimplemento.

4.20. Utilizada total/parcialmente a garantia, a Contratada deverá **repor** o valor em até **10 (dez) dias úteis** (prorrogáveis por igual período), contados da notificação.

4.21. O Contratante poderá **executar** a garantia na forma da legislação.

4.21.1. O emitente da garantia será **notificado** quanto ao início de processo administrativo por descumprimento.

4.21.2. No seguro-garantia, a comunicação de **sinistro** poderá ocorrer fora da vigência da apólice se o evento tiver ocorrido durante a vigência, observados os prazos prescricionais (art. 20, **Circular SUSEP nº 662/2022**).

4.22. A garantia extingue-se com a restituição/anuência (carta fiança, liberação de caução ou resgate do título), acompanhada de **termo circunstanciado** declarando cumprimento integral das cláusulas.

4.22.1. A extinção do seguro-garantia observará a regulamentação da **Susep**.

4.22.2. A Administração deverá verificar **pendências** antes do término da apólice.

4.23. A garantia só será liberada após a **fiel execução** do contrato ou extinção por culpa exclusiva da Administração; valores em dinheiro serão **atualizados monetariamente**.

4.24. O Contratante poderá **reter** a garantia, a qualquer tempo, conforme o Termo de Referência.

4.25. O **garantidor** não é parte em processo administrativo instaurado para apurar prejuízos/sanções à Contratada.

4.26. A garantia de execução é **independente** de eventual garantia de produto/serviço prevista no Termo de Referência.

Natureza e condições do serviço

4.27. O objeto configura **serviço comum**, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 (padrões de desempenho e qualidade **objetivamente definíveis** no edital).

4.28. Trata-se de **serviço de natureza continuada, sob demanda, sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, essencial à continuidade dos Programas de Saúde do MS, cujo fluxo pode **variar conforme campanhas/urgências sanitárias** (ex.: vacinas/pandemias).

4.29. O serviço enquadra-se nos pressupostos do **Decreto nº 9.507/2018**, não abrangendo atividades vedadas pelo art. 3º.

4.30. A prestação dos serviços **não gera vínculo empregatício** entre empregados da Contratada e a Administração, vedadas pessoalidade e subordinação direta.

Padrões mínimos de qualidade e requisitos técnicos

4.31. A licitante deverá ser **empresa especializada** em despacho aduaneiro, com qualificação, formação, experiência, credibilidade e domínio técnico para desembaraço de **medicamentos, equipamentos e insumos de saúde** (importação/exportação).

4.32. Capacidade operacional mínima: equipe, equipamentos e estrutura compatíveis com **67 (sessenta e sete) desembaraços/mês**, com distribuição estimada de **90% no Aeroporto Internacional de São Paulo e/ou Porto de Santos** e **10% em demais pontos alfandegados do País**.

4.33. Equipe técnica: comprovação de expertise nas atividades dos arts. **808 a 810 do Decreto nº 6.759/2009** (Regulamento Aduaneiro).

4.34. Estrutura documental: capacidade própria para emissão/gestão de **LI, DI/DUIMP, DTA, DSI** e congêneres, sem limitação por volume de itens.

4.34.1. Equipe operacional em Brasília/DF para isenções de ICMS e atos conexos, considerando o CNPJ do Contratante.

4.34.2. Cadastro CNAE compatível com atividades aduaneiras; comprovação de experiência com **ANVISA** (LI sujeitas à anuência) e, quando aplicável, **CNEN** e **MAPA**.

4.34.3. Registros e credenciais sistêmicas: mínimo de 3 (três) **habilitações RADAR SISCOMEX** e 3 (três) **acessos SISCOMEX** ativos.

4.34.4. Observância a: **Decreto-Lei nº 2.472/1988** (exercício da profissão), **IN RFB nº 1209/2011** (registro de despachantes), **IN RFB nº 800/2007** (controle aduaneiro informatizado) e suas alterações (**IN RFB nº 1473/2014 - procedimentos operacionais**, **IN RFB nº 1621/2016 - informação de carga e IN RFB nº 2044/2021 - movimentação de embarcações e cargas**), **IN SRF nº 680/2006** (importação) e alteração (**IN SRF nº 1759/2017 - retificação da DI**), **IN SRF nº 28/1994** (exportação) e alteração (**IN SRF nº 1407/2013 - retificação da**) e **Manuais Aduaneiros da RFB**.

4.34.5. Comunicações eletrônicas preferenciais entre as partes (Administração, Contratada, fornecedores e intervenientes), salvo exigência de originais.

Vistoria

4.35. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Instalação de escritório

4.36. Considera-se **imprescindível** para a adequada execução dos serviços que a Contratada **possa instalar/possua escritório** com estrutura administrativa mínima em **Brasília/DF**, para atendimento às rotinas específicas (ex.: isenção de ICMS) e articulação com órgãos federais, conforme razões constantes do ETP.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Opções de Soluções Disponíveis no Mercado com Potencial para Atender à Necessidade Conforme os Requisitos da Contratação

Considerando a **necessidade de contratação de serviços aduaneiro e despacho alfandegário**, com suporte técnico especializado, atuação nos modais aéreo e marítimo, execução contínua e observância às normas aduaneiras vigentes, apresentam-se abaixo as alternativas disponíveis no mercado para atendimento da demanda. A análise considera o tratamento das **taxas portuárias e marítimas**, que representam obrigações acessórias inerentes à importação e que não constituem, por sua natureza, prestação de serviços da contratada.

Essas taxas incluem, entre outras: CE-Mercante, liberação do BL, capatazia, armazenagem, demurrage, taxas do armador, limpeza de contêiner e demais encargos exigidos por autoridades e operadores portuários. Tais despesas podem ser operacionalizadas de duas formas distintas: **(i) pagamento direto pelo Ministério da Saúde** ou **(ii) pagamento pela contratada, com posterior repasse à Administração**.

TAXAS e Despesas Locais
TAXA LOCAL está incluso: TAXAS CE MERCANTE, LIBERAÇÃO BL e CAPATAZIA;
TAXA DE ARMAGENAGEM;
TAXA DE DEMURRAGE;
ARMADOR;
LIMPEZA DE CONTEINER;
Entre outras que possam surgir.

5.1.1. Solução 1 – Serviço de Despacho Aduaneiro com Pagamento Direto das Taxas Marítimas e Portuárias pelo Ministério da Saúde

Descrição

Nesta alternativa, o Ministério da Saúde contrata exclusivamente os serviços de assessoria e despacho aduaneiro, sendo que **todas as taxas portuárias, marítimas e aeroportuárias são pagas diretamente pelo MS**, por meio de boletos, DANFES ou documentos emitidos em nome do próprio órgão.

Vantagens

- Transparência elevada, visto que todas as cobranças são emitidas diretamente ao Ministério da Saúde.
- Redução de riscos de sobrepreço, glosas ou repasses indevidos.
- Conformidade jurídica, uma vez que as tarifas acessórias da importação não integram o objeto contratual.
- Mitigação de riscos operacionais decorrentes de atrasos no pagamento por terceiros.
- Maior controle e rastreabilidade das despesas perante auditorias internas e externas.
- Simplificação contratual: não há necessidade de cláusulas específicas para repasses financeiros.

Desvantagens

- Demanda organização interna do MS para pagamento tempestivo das taxas, que possuem prazos reduzidos.
- Exige fluxo administrativo eficiente para recebimento e processamento das cobranças.

Avaliação Geral

Esta solução apresenta aparentemente o melhor equilíbrio entre segurança jurídica, transparência e controle. É a alternativa **mais alinhada ao interesse público** e à adequada gestão de recursos logísticos da Administração.

5.1.2. Solução 2 – Serviço de Despacho Aduaneiro com Repasse de Valores das Taxas Marítimas e Portuárias à Contratada

Descrição

A contratada realiza o pagamento das taxas portuárias e marítimas em nome próprio e posteriormente **replica esse valor ao Ministério da Saúde**, mediante comprovação documental e mecanismos contratuais de ressarcimento.

Vantagens

- Reduz carga administrativa do MS no pagamento direto das taxas.
- Pode facilitar a operação em portos com prazos curtos para liberação.

Desvantagens

- Elevação do risco de sobrepreço e margem administrativa sobre valores repassados.
- Redução de transparência, pois os documentos podem ser emitidos em nome da contratada.
- Exigência de mecanismos mais rígidos de controle e auditoria contratual.
- Possibilidade de atrasos no pagamento por parte da contratada, ocasionando custos adicionais de armazenagem ou demurrage.
- Menor aderência às boas práticas de governança pública.

Avaliação Geral

Trata-se de alternativa operacionalmente viável, mas com **riscos elevados de governança, compliance, sobrepreço e fragilidade no controle documental**, não sendo a opção ideal para insumos estratégicos e cadeia logística sensível.

5.1.3. Solução 3 – Fragmentação do Objeto em Dois Contratos (Agenciamento Internacional + Despacho Aduaneiro)

Descrição

O MS contrataria um prestador para o agenciamento internacional e outro para a assessoria aduaneira e o despacho alfandegário. As taxas portuárias e marítimas seriam pagas diretamente pelo Ministério.

Vantagens

- Competitividade ampliada ao separar escopos distintos.
- Possibilidade de contratar fornecedores especializados por etapa.

Desvantagens

- Elevado risco de falhas de comunicação entre os contratados.
- Fragmentação de responsabilidades e dificuldade de atribuição de culpa em caso de atrasos.
- Aumento significativo da complexidade de governança e fiscalização.
- Potencial incremento dos custos de armazenagem e demurrage por falta de sincronização operacional.
- Menor eficiência logística para insumos críticos.

Avaliação Geral

Embora possível, esta solução **não é recomendada** para operações envolvendo insumos essenciais à saúde, devido ao risco operacional e ao aumento da complexidade de coordenação.

5.1.4. Escolha da Solução

5.1.4.1. Da Consulta Pública

A Consulta Pública nº 01/2025 constituiu etapa essencial no processo de levantamento de mercado, permitindo a coleta estruturada de contribuições de empresas especializadas em logística internacional, operadores aduaneiros, despachantes e entidades representativas do setor. As manifestações recebidas ofereceram subsídios relevantes para a definição da modelagem contratual e corroboraram os fundamentos técnicos apresentados neste Estudo.

De forma geral, as contribuições apontaram para **preferência majoritária por um modelo de contratação integrado**, com execução contínua dos serviços de assessoria aduaneira e despacho alfandegário, apoiado por ferramentas digitais de rastreabilidade e mecanismos de controle de desempenho. Paralelamente, houve **consenso expressivo de que as taxas marítimas, portuárias e aeroportuárias devem ser tratadas como obrigações acessórias da importação e, portanto, pagas diretamente pelo Ministério da Saúde**, sem repasse ou intermediação financeira pela contratada.

Destacam-se, entre as manifestações recebidas, os seguintes pontos estruturantes:

a) Modelo integrado de execução contínua

Os participantes demonstraram preferência pela contratação de um único operador responsável por todas as etapas de despacho alfandegário, evitando fragmentação e reduzindo riscos de falhas de coordenação. Destacou-se a necessidade de uso de plataforma digital, com monitoramento em tempo real, alertas automáticos e registros auditáveis de cada fase do processo aduaneiro.

b) Rastreabilidade, transparência e SLAs

Houve forte ênfase na importância de indicadores e métricas de desempenho, especialmente para etapas críticas como conferência documental, parametrização, licenças de importação e retirada de cargas nos prazos de isenção tarifária. A rastreabilidade digital foi vista como requisito essencial para a fiscalização e para a mitigação de riscos logísticos.

c) Estrutura de preços compatível com a natureza do serviço

O mercado manifestou-se a favor de modelos de precificação que combinem parcela fixa (disponibilidade operacional) e parcela variável (processos efetivamente desembarçados). Contudo, observou-se unanimidade quanto ao fato de que **as taxas portuárias e marítimas não configuram prestação de serviços da contratada e, portanto, não devem ser incorporadas ao escopo remunerável do contrato**, uma vez que representam despesas obrigatórias impostas por terminais, armadores e autoridades portuárias.

d) Gestão de riscos aduaneiros e logísticos

Diversos participantes ressaltaram que atrasos no pagamento de taxas portuárias por terceiros — como ocorre em modelos de repasse ou reembolso — aumentam significativamente o risco de demurrage, armazenagem e custos extras. Assim, o pagamento direto pelo Ministério foi identificado como a abordagem mais segura, econômica e alinhada às melhores práticas internacionais de governança.

e) Rejeição à fragmentação contratual e à subcontratação excessiva

Houve consenso de que dividir o objeto em múltiplos contratos ou permitir subcontratação ampla compromete a padronização dos procedimentos, dificulta a responsabilização, aumenta custos e potencializa o risco de falhas operacionais. Por isso, reforçou-se a preferência por um único prestador com responsabilidade integral sobre o processo aduaneiro.

5.1.4.2. Conclusão da Consulta Pública

Com base nas manifestações recebidas, constata-se plena convergência com as recomendações técnicas deste Estudo:

- **o pagamento das taxas portuárias e marítimas deve ser realizado diretamente pelo Ministério da Saúde**, sem repasse à contratada;
- **o serviço de despacho aduaneiro deve ser contratado de forma integrada**, com execução contínua e plataforma digital de rastreamento;
- **o modelo evita riscos de sobrepreço, custos adicionais indevidos e falhas operacionais**, especialmente relevantes dada a natureza crítica dos insumos estratégicos de saúde.

Assim, a Consulta Pública confirma que a modelagem mais eficiente, transparente e segura é a contratação de **serviços especializados de despacho aduaneiro**, mantendo-se sob responsabilidade do Ministério a quitação direta de todas as taxas obrigatórias da importação, conforme fundamentação apresentada neste Estudo.

5.1.4.3. Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios

A execução direta, pelo Ministério da Saúde, dos **serviços de despacho aduaneiro** — incluindo análise documental, classificação fiscal, parametrização no Siscomex, interlocução com órgãos anuentes (RFB, ANVISA, MAPA/Vigiagro, IBAMA), acompanhamento de conferências, gestão de exigências, liberação de cargas e monitoramento dos prazos de armazenagem — **não é viável** sob o ponto de vista técnico, operacional e estrutural.

A realização dessa atividade exige:

- equipe altamente especializada em comércio exterior e legislação aduaneira;
- atuação em portos, aeroportos e pontos terrestres de fronteira;
- disponibilidade de profissionais credenciados (despachantes aduaneiros e ajudantes de despachante);
- infraestrutura de atendimento 24/7, dado o caráter contínuo da operação;
- atualização permanente sobre normas aduaneiras, sanitárias e tributárias;

- sistemas próprios de acompanhamento e rastreamento de processos;
- presença operacional em diferentes regiões do país.

O Ministério da Saúde **não dispõe de corpo técnico próprio** com habilitação profissional e cobertura nacional para realizar diretamente todos os procedimentos aduaneiros de importações, sobretudo de insumos estratégicos, de alto giro e alta criticidade.

A execução por meios próprios acarretaria:

- riscos elevados de atraso na liberação das cargas;
- aumento do risco logístico e financeiro (armazenagem, demurrage, capatazia);
- insegurança jurídica na tratativa com órgãos intervenientes;
- potencial impacto sobre o abastecimento das áreas finalísticas do SUS.

Dessa forma, **descarta-se a execução direta pelo MS** como forma de atendimento à necessidade.

5.1.4.4. Contratação de Empresa Especializada

A **contratação de empresa especializada em despacho aduaneiro** é a alternativa que melhor atende ao interesse público e à natureza técnica da demanda.

Essa forma de execução permite:

- atuação por profissionais habilitados e credenciados;
- presença operacional em portos e aeroportos em todo o território nacional;
- expertise regulatória e domínio dos sistemas governamentais (Siscomex, LPCO, Mantra, Portal Único);
- maior celeridade na liberação das cargas;
- capacidade de interlocução técnica com Receita Federal, ANVISA, MAPA e demais intervenientes;
- gestão sistematizada dos prazos de armazenagem e isenções tarifárias;
- mitigação de riscos logísticos;
- cumprimento das obrigações acessórias do processo de importação.

Importante ressaltar que, conforme diretriz definida pela área técnica, **as taxas portuárias e marítimas (armador, CE-Mercante, capatazia, armazenagem, demurrage, liberação de BL, entre outras)** serão pagas **diretamente pelo Ministério da Saúde**, por constituírem encargos inerentes ao processo de importação. A empresa contratada atuará exclusivamente na execução técnica do despacho aduaneiro, fornecendo ao MS os documentos necessários para o efetivo pagamento das taxas.

A contratação de empresa especializada atende aos princípios:

- da eficiência (celeridade na liberação aduaneira);
- da economicidade (redução de riscos de custos adicionais);
- da continuidade do serviço público;
- da transparência e rastreabilidade;
- e do planejamento, conforme Lei nº 14.133/2021.

5.1.4.5. Escolha da Forma de Execução

Com base na análise das alternativas e na complexidade do objeto, conclui-se que:

1. **A execução por meios próprios deve ser descartada**, pois o Ministério da Saúde não possui estrutura, equipe especializada, credenciamento, logística ou infraestrutura para realizar diretamente o despacho aduaneiro de insumos estratégicos, o que implicaria riscos operacionais, financeiros e de desabastecimento.
2. **A forma mais adequada de execução é a contratação de empresa especializada**, com comprovada capacidade técnica, cobertura nacional e competência para realizar o despacho aduaneiro de forma contínua, segura e alinhada às exigências legais, sanitárias e regulatórias.
 - A empresa contratada deverá atuar exclusivamente na execução do despacho aduaneiro, enquanto **as taxas e despesas portuárias, marítimas e correlatas serão pagas diretamente pelo Ministério da Saúde**, mediante documentação válida apresentada pela contratada.

Dessa forma, para assegurar eficiência, economicidade, celeridade e mitigação de riscos, **a execução deverá ocorrer por meio de contratação de empresa especializada em despacho aduaneiro**, sendo esta a solução que melhor atende às necessidades institucionais e aos requisitos legais aplicáveis.

5.1.4.5.1. Da Participação de Consórcios, Cooperativas, ME e EPP

Para a presente contratação de **serviços especializados de despacho aduaneiro**, faz-se necessária a definição clara dos entes econômicos autorizados a participar do certame, considerando os princípios de competitividade, segurança operacional, eficiência e mitigação de riscos logísticos e regulatórios.

a) Participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

A participação de ME e EPP será **permitida**, desde que atendidos integralmente todos os requisitos técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos no edital. Tal decisão fundamenta-se nos seguintes pontos:

1. **Competitividade e ampliação do mercado participante** – A Lei Complementar nº 123/2006 assegura tratamento favorecido às ME/EPP, e não há impedimento técnico para que empresas de menor porte atuem no despacho aduaneiro, desde que devidamente habilitadas.
2. **Existência de prestadores qualificados no segmento** – O mercado nacional possui ME/EPP com especialização aduaneira comprovada, incluindo operações aeroportuárias e marítimas.
3. **Proteção ao interesse público** – A permissão não reduz a segurança do processo, visto que todos os licitantes, independentemente do porte, deverão comprovar capacidade técnica, regularidade fiscal, atuação junto à Receita Federal e histórico de conformidade com órgãos anuentes.

Assim, a admissão de ME/EPP favorece a competitividade sem comprometer a qualidade do serviço.

b) Vedação à Participação de Consórcios

A participação de consórcios será **vedada**. A justificativa decorre de razões técnicas e operacionais próprias do serviço de despacho aduaneiro:

1. **Responsabilidade operacional indivisível** – O despacho aduaneiro exige comando técnico unificado, atuação integrada e responsabilidade direta perante órgãos como Receita Federal, ANVISA e MAPA/Vigiagro. A participação consorciada **fragmentaria a execução**, criando riscos de sobreposição de funções, falhas de comunicação e indefinição de responsabilidades.
2. **Riscos logísticos elevados** – Operações em portos e aeroportos exigem resposta imediata a eventos críticos (exigências, parametrização, armazenagem, demurrage). Um consórcio introduziria complexidade adicional e poderia retardar decisões, ampliando custos e riscos de desabastecimento.
3. **Cadeia regulatória sensível** – Órgãos anuentes demandam interlocução única e ágil. O modelo consorciado não se mostra adequado para garantir fluidez operacional e conformidade documental.
4. **Baixa aderência ao mercado** – O setor de despacho aduaneiro tradicionalmente opera com empresas individualizadas, com certificação própria e sistemas internos próprios de compliance e rastreabilidade.

Diante disso, consórcios são incompatíveis com a natureza e a criticidade do objeto.

c) Vedação à Participação de Cooperativas

A participação de cooperativas também será **vedada**, pelos seguintes fundamentos:

1. **Incompatibilidade com o serviço técnico especializado** – Despacho aduaneiro é atividade regulada, de responsabilidade técnica direta e que requer certificações, credenciamentos e experiência acumulada. Cooperativas, por sua natureza jurídica e modelo operacional, não se ajustam às exigências regulatórias típicas do comércio exterior.
2. **Risco de descontinuidade operacional** – Cooperativas podem apresentar rotatividade elevada e ausência de estrutura própria consolidada para responder a demandas emergenciais e atuação simultânea em múltiplos portos e aeroportos.
3. **Inadequação às interfaces regulatórias** – A modelagem cooperativa não atende plenamente requisitos como assunção de responsabilidades junto à Receita Federal, assinatura de termos, atuação frente a órgãos anuentes e operação contínua em ambiente de alto risco operacional.
4. **Prática consolidada do setor** – O serviço de despacho aduaneiro, pela sua natureza técnica e regulatória, é historicamente executado por empresas especializadas, e não por cooperativas.

Assim, a vedação é medida necessária para proteger a regularidade, a continuidade e a segurança operacional da contratação.

Em síntese:

- **Permitidas:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), desde que atendidos todos os requisitos técnicos e regulatórios.

- **Vedadas:** Empresas em **consórcio** e **cooperativas**, em razão da natureza indivisível, especializada e regulada do serviço de despacho aduaneiro, bem como dos riscos logísticos e operacionais envolvidos.

Essa decisão mantém a competitividade, preserva a segurança jurídica e assegura a adequada execução do serviço, alinhando-se aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e às necessidades operacionais do Ministério da Saúde.

5.1.5. Escolha da Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

5.1.5.1. Possibilidade de Participação em IRP de Outro Órgão ou Entidade

A participação em Instrumento de Registro de Preços (IRP) de outro órgão poderia, em tese, oferecer vantagens como ganho de escala, redução do tempo de processamento e simplificação da fase licitatória. Contudo, para que essa alternativa fosse aplicável ao presente objeto — **serviços de despacho aduaneiro com cobertura nacional e atendimento a insumos estratégicos do Ministério da Saúde** — seria necessário que existisse IRP vigente e aderente ao escopo, às exigências técnicas, às interfaces regulatórias (Receita Federal, ANVISA, MAPA/Vigiagro) e à criticidade logística.

Após levantamento preliminar, **não foram identificados IRPs disponíveis** que contemplem serviços de despacho aduaneiro com a abrangência, a especialização e o nível de complexidade demandados para as operações de importação do MS. IRPs existentes tendem a focar em serviços logísticos ou administrativos genéricos, não abrangendo o núcleo técnico-regulatório característico do despacho aduaneiro.

Assim, **a participação em IRP de outro órgão mostra-se inviável** para a presente contratação.

5.1.5.2. Possibilidade de Adesão a ARP de Outro Órgão ou Entidade

A adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) de outro órgão seria viável apenas se a ata:

- contemplasse especificamente **serviços de despacho aduaneiro**;
- possuísse **cobertura operacional nacional**, incluindo portos e aeroportos estratégicos;
- atribuísse obrigações compatíveis com o processo de importação do MS;
- previsse requisitos de habilitação técnica compatíveis com o risco e a criticidade dos insumos estratégicos de saúde.

Todavia, **não há ARP pública conhecida que atenda a esse conjunto de requisitos**.

As ARPs existentes, quando relacionadas ao comércio exterior, normalmente se restringem a serviços acessórios, transporte internacional, consultoria ou apoio administrativo — não ao serviço técnico finalístico de despacho aduaneiro com interlocução regulatória e operacional contínua.

Assim, a adesão a ARP de outro órgão **não é viável**, por não existir ata compatível com o escopo especializado requerido.

5.1.5.3. Enquadramento nas Possibilidades de Contratação Direta

A contratação direta deve observar os arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, que tratam das hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação.

5.1.5.3.1. Inexigibilidade de Licitação

A inexigibilidade somente se aplica quando houver inviabilidade de competição, o que exige:

- exclusividade,
- fornecedor único,
- singularidade técnica comprovada,
- ou serviço intelectual de natureza singular.

Não é o caso do presente objeto.

O mercado nacional possui múltiplas empresas habilitadas para atuar com despacho aduaneiro. Embora seja atividade altamente especializada, **não há exclusividade, fornecedor único ou inviabilidade competitiva**.

Portanto, **não se aplica a inexigibilidade de licitação** para este serviço.

5.1.5.3.2. Dispensa de Licitação

A dispensa prevista no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 abrange hipóteses como:

- baixo valor;
- emergência ou calamidade;
- objeto específico previsto em lei.

Entretanto:

- trata-se de serviço estratégico, de execução continuada e alta complexidade;
- envolve volumes críticos e risco elevado de desabastecimento;
- possui valor estimado substancial;
- não se enquadra em emergência justificadora (contratação regular e planejada).

Assim, **não se recomenda a contratação por dispensa de licitação.**

5.1.5.4. Realização de Licitação

Diante da ausência de IRP, ARP e hipóteses de contratação direta, **a forma adequada para seleção do fornecedor é a realização de licitação.**

O objeto — **serviços de despacho aduaneiro** — caracteriza-se como:

- serviço comum
- com padrões técnicos objetivos,
- critérios claros de desempenho e qualidade,
- e mercado competitivo estruturado.

Nessas condições, o serviço se enquadra como **serviço comum** nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, permitindo o uso do **pregão eletrônico**, desde que:

- os parâmetros de qualificação técnica,
- os critérios de habilitação,
- e os indicadores de desempenho (SLAs)

sejam adequadamente definidos para refletir a complexidade do processo de importação de insumos de saúde.

Caso a análise técnica identifique requisitos muito específicos ou alto grau de complexidade operacional, poderá ser utilizada outra modalidade (como **concorrência**). Todavia, de forma geral, **o pregão eletrônico atende às características presentes.**

5.1.5.5. Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

Considerando:

- a inexistência de IRP e ARP apropriadas;
- a inadequação das hipóteses de contratação direta;
- a necessidade de ampla competitividade;
- a natureza do serviço como especializado, porém comum;
- e os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e transparência;

a solução mais adequada para seleção do fornecedor é a realização de **licitação na modalidade Pregão Eletrônico.**

Essa modalidade:

- assegura competitividade entre empresas técnicas especializadas;
- promove economicidade;
- viabiliza o controle público;
- reduz tempo de processamento;
- e atende plenamente às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Assim, **recomenda-se a realização de Pregão Eletrônico para contratação da empresa especializada em despacho aduaneiro**, como forma mais segura, transparente e eficiente de atendimento à necessidade institucional.

5.1.6. Escolha da Solução de Forma e Modelagem da Contratação

5.1.6.1. Sistema de Registro de Preços (SRP)

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é adequado quando há previsibilidade de demandas recorrentes e possibilidade de contratações fracionadas ao longo do tempo, preservando flexibilidade e economicidade. Embora o serviço de **despacho aduaneiro** possua natureza contínua, a quantidade de processos varia de acordo com fatores externos — campanhas de saúde, emergências sanitárias, oscilações de oferta internacional, cronogramas de abastecimento e eventos imprevisíveis no comércio exterior.

Adicionalmente, trata-se de um objeto de execução técnica especializada, com elevada criticidade operacional, que exige **coordenação direta e permanente com armadores, terminais portuários, aeroportos, ANVISA, MAPA/Vigiagro e Receita Federal**. A utilização do SRP poderia gerar dispersão gerencial, fragmentação da execução e dificuldades de controle na interlocução regulatória internacional.

Dessa forma, **o SRP não se mostra como a alternativa mais eficiente** para assegurar a continuidade e a confiabilidade dos serviços aduaneiros essenciais ao abastecimento do Ministério da Saúde.

5.1.6.2. Contrato de Fornecimento Contínuo

O contrato de fornecimento contínuo se aplica a bens ou serviços cuja entrega é regular, estável e previsível. No caso do despacho aduaneiro, apesar de sua continuidade funcional, o volume de processos não segue um fluxo fixo ou padronizado, variando conforme as necessidades de importação dos programas do MS.

Além disso, o serviço não se caracteriza como “fornecimento”, mas como **serviço técnico especializado**, sujeito a eventos externos e variabilidade operacional.

Assim, **não se recomenda o enquadramento como fornecimento contínuo**.

5.1.6.3. Contrato de Serviço Continuado

5.1.6.3.1. Com Mão de Obra Dedicada

Esta submodalidade pressupõe alocação de equipe exclusiva e presencial ao órgão contratante. O modelo não condiz com o objeto da contratação, já que o serviço de despacho aduaneiro exige mobilização operacional ampla (portos, aeroportos, fronteiras, terminais, autoridades regulatórias) e não se limita à presença física de profissionais dedicados ao MS.

Portanto, **não se aplica o regime de mão de obra dedicada**.

5.1.6.3.2. Sem Mão de Obra Dedicada

Esta é a modalidade que melhor reflete a natureza da necessidade.

O serviço:

- é **continuado**, pois as importações do Ministério da Saúde se estendem ao longo de todo o exercício;
- é **sob demanda**, pois o volume de processos varia conforme campanhas, emergências e logística internacional;
- não requer **mão de obra exclusiva**, mas sim estrutura operacional nacional e internacional da contratada;
- exige **prontidão**, monitoramento e resposta imediata em eventos críticos, como cobranças de armazenagem, demurrage, exigências regulatórias e mudanças de parametrização no Siscomex;
- demanda **flexibilidade**, uma vez que o fluxo de processos pode aumentar em situações emergenciais.

Essa solução é coerente com a complexidade das operações de importação de insumos estratégicos e com a necessidade de garantir continuidade, segurança jurídica e previsibilidade operacional.

Assim, a contratação de serviço continuado **sem dedicação exclusiva**, sob demanda, é a forma mais adequada.

5.1.6.4. Contratação de Serviço Não Continuado

O serviço não continuado se aplica a contratações pontuais, episódicas e com escopo restrito. Não é o caso presente. O despacho aduaneiro constitui insumo crítico para a cadeia de abastecimento do Ministério da Saúde e não se configura como atividade eventual. A regularidade das importações exige **serviço continuado**, não episódico.

Portanto, **não se recomenda a contratação como serviço não continuado**.

5.1.6.5. Escolha da Solução de Forma de Contratação

Considerando:

- a continuidade e essencialidade do serviço para o abastecimento da rede de saúde;
- a variabilidade da demanda, dependente do cenário internacional e de necessidades sanitárias;
- a inexistência de previsibilidade rígida de volumes;
- a necessidade de resposta rápida a eventos críticos (armazenagem, demurrage, inspeções, exigências regulatórias);
- e o fato de que não há regime de dedicação exclusiva;

a melhor forma de contratação é o **Contrato de Serviço Continuado, sob demanda, SEM mão de obra dedicada**.

Esse modelo permite:

- flexibilidade operacional;
- continuidade do serviço;
- pronta resposta às emergências sanitárias;
- manutenção da capacidade técnica da contratada ao longo de todo o exercício;
- atendimento integral às necessidades do Ministério da Saúde no processo de importação de insumos estratégicos.

Trata-se, portanto, da solução mais eficiente, segura e alinhada à legislação e às diretrizes de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.2. Adequação entre a Solução Escolhida e o Potencial de Atender à Necessidade

A adoção do **Serviço de Despacho Aduaneiro**, como solução central para atender à necessidade identificada no item 2, demonstra elevada coerência técnica, operacional, jurídica e econômica com o contexto da importação de insumos estratégicos do Ministério da Saúde. Trata-se de um serviço cuja execução exige não apenas conhecimento especializado, mas também articulação integrada entre normas aduaneiras, sanitárias, logísticas, tributárias e regulatórias — requisitos que afastam a possibilidade de execução direta pelo órgão e reforçam a adequação da contratação.

Primeiramente, sob o **ponto de vista técnico-operacional**, empresas especializadas detêm expertise consolidada em desembaraço aduaneiro, classificação fiscal, representações junto à Receita Federal, órgãos anuentes e operadores logísticos. Essa maturidade técnica, associada a habilitações formais (RADAR/SISCOMEX), equipes capacitadas e presença nacional em pontos estratégicos — como aeroportos internacionais, portos marítimos e unidades alfandegadas — permite resposta operacional muito superior àquela que seria possível internamente, sobretudo considerando o volume e a sensibilidade dos insumos destinados a programas de saúde pública.

No que tange à **celeridade e segurança jurídica**, a solução contratada proporciona mitigação direta de riscos críticos identificados no diagnóstico, como atrasos alfandegários, penalidades regulatórias, perdas de cargas, cobrança de armazenagem e demurrage, além de riscos sanitários decorrentes de retenção indevida. A utilização de plataformas digitais integradas, monitoramento em tempo real e articulação com correspondentes locais permite reduzir significativamente o tempo de liberação, garantindo rastreabilidade completa e aderência às legislações vigentes.

Outro elemento de forte coerência é a **flexibilidade operacional**. O despacho aduaneiro é um serviço continuado por natureza, mas apresenta picos de demanda associados a campanhas de vacinação, surtos epidemiológicos, importações emergenciais, planos de contingência e reposições estratégicas. A solução escolhida — serviço continuado **sem dedicação exclusiva de mão de obra** — permite absorver variações sazonais, ampliar capacidade operacional conforme fluxo e manter atendimento ininterrupto, sem comprometer qualidade ou tempestividade.

Sob o prisma da **eficiência econômica**, a solução demonstra elevada racionalidade. A presença de estrutura logística distribuída nacionalmente reduz deslocamentos, custos indiretos e riscos de perdas, enquanto a digitalização dos procedimentos elimina retrabalhos, falhas documentais e ineficiências. Soma-se a isso o modelo financeiro adotado: o Ministério da Saúde arcará diretamente com as taxas portuárias, aeroportuárias e marítimas — evitando repasses ou margens sobre terceiros e preservando a isonomia na comparação das propostas, conforme orienta a Lei nº 14.133/2021.

A solução também incorpora aspectos de **sustentabilidade**, importante diretriz institucional. O uso de plataformas eletrônicas, comunicação digital prioritária, redução de papel e integração com boas práticas de governança ambiental contribui para menor impacto ambiental das operações, além de maior rastreabilidade documental.

Por fim, sob a ótica da **governança contratual**, a solução permite estabelecer, no instrumento convocatório, cláusulas claras de responsabilidade sobre atos críticos, como classificação fiscal, cumprimento de exigências, recolhimento de tributos e representação aduaneira. Isso impede delegações indevidas e assegura accountability da contratada, fortalecendo o controle, a transparência e a mitigação de riscos.

Diante desse conjunto articulado de fatores, conclui-se que a solução escolhida é **adequada** às necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do Ministério da Saúde, garantindo atendimento integral ao interesse público com eficiência, segurança jurídica, economicidade e sustentabilidade.

5.3. Adequação entre a Modalidade de Contratação, Licitação, Critério de Julgamento e Modo de Disputa

A conformidade da contratação com a Lei nº 14.133/2021 exige que modalidade, critério de julgamento e modo de disputa constituam um arranjo harmônico e coerente com as características do objeto. No caso do serviço de despacho aduaneiro, essa coerência é indispensável para assegurar competitividade efetiva, economicidade, transparência e execução qualificada, especialmente considerando que o desempenho da contratada impactará diretamente a disponibilidade de insumos estratégicos de saúde.

A escolha da **modalidade de pregão eletrônico** revela-se adequada porque, embora o objeto envolva operações altamente reguladas e tecnicamente sensíveis, os requisitos de execução podem ser definidos mediante parâmetros objetivos e verificáveis. A legislação permite que serviços especializados sejam enquadrados como “comuns” quando seus padrões de desempenho podem ser claramente especificados, o que ocorre no presente caso. Indicadores como prazos máximos de desembaraço, níveis mínimos de disponibilidade operacional, rastreabilidade digital, exigência de estruturas físicas em pontos alfandegados estratégicos e SLAs detalhados permitem que as propostas sejam comparadas de forma objetiva e isonômica. Além disso, o pregão eletrônico potencializa a competitividade ao ampliar o universo de licitantes e fortalece a transparência por meio de ambiente digital auditável e uniformizado.

O **critério de julgamento pelo menor preço** também se mostra o mais adequado, considerando que as exigências técnicas mínimas serão rigorosamente estabelecidas no termo de referência e no edital, de modo que somente empresas plenamente qualificadas alcançarão a fase competitiva de lances. Assim,

o diferencial entre propostas concentrar-se-á no preço do serviço de agenciamento e assessoria aduaneira, já que as taxas portuárias, aeroportuárias e demais despesas serão custeadas diretamente pelo Ministério da Saúde e não integrarão a formação do preço contratual. Essa separação evita distorções competitivas, impede repasses indevidos de custos variáveis e assegura maior transparência na comparação entre propostas. Ao privilegiar o menor preço entre licitantes igualmente capazes, a Administração atende aos princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade.

Quanto ao **modo de disputa**, adota-se a combinação entre disputa aberta e fase final fechada, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 14.133/2021. A fase aberta promove competição intensa e possibilita redução progressiva dos valores ofertados, ampliando o ganho econômico. Entretanto, a inclusão de uma etapa final fechada permite que as empresas apresentem uma proposta definitiva mais equilibrada e tecnicamente sustentável, evitando lances temerários e assegurando a viabilidade de execução do contrato. Essa lógica é particularmente relevante em serviços aduaneiros, em que a qualidade da execução não pode ser comprometida por propostas economicamente inexequíveis ou excessivamente agressivas.

Em síntese, a articulação entre **pregão eletrônico, critério de julgamento por menor preço e modo de disputa aberto e fechado** constitui a modelagem mais apropriada ao objeto. Essa combinação respeita o arcabouço legal da Lei nº 14.133/2021, reforça a competitividade e a transparência, reduz riscos operacionais e assegura que o Ministério da Saúde contratará um serviço essencial com a melhor relação possível entre custo, desempenho e segurança jurídica. Trata-se, portanto, da solução mais vantajosa sob a perspectiva do interesse público e do atendimento tempestivo e eficiente das necessidades estratégicas da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços técnicos de despacho aduaneiro, com atuação nacional em operações de importação nos modais aéreo e marítimo, sob a forma de **contrato de prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva, com pagamento direto das taxas portuárias, aeroportuárias e marítimas pelo Ministério da Saúde**, sem repasse à contratada. O serviço será prestado de forma integrada e contínua, por fornecedor selecionado por meio de **licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço** e como modo de disputa a **combinação das fases aberta e fechada**, nos termos da Lei nº 14.133/2021. A modelagem contratual adotada busca garantir ampla competitividade, previsibilidade jurídica, economicidade e mitigação de riscos operacionais e regulatórios, considerando a complexidade e a criticidade logística da importação de insumos estratégicos para o SUS. A escolha desta solução foi respaldada por consulta pública com ampla participação do setor, bem como por análise técnica que descartou a execução por meios próprios e a fragmentação do objeto, optando-se por uma execução centralizada, rastreável digitalmente e com indicadores de desempenho definidos em SLAs contratuais.

6.2. Os serviços objeto da contratação serão executados **em todo o território nacional**, nos locais de entrada e desembarço de cargas alfandegadas, abrangendo especialmente **portos e aeroportos internacionais estratégicos** para as operações logísticas do Ministério da Saúde, conforme detalhado no Termo de Referência e em função das necessidades logísticas da Administração. A interlocução entre a contratada e os diversos órgãos intervenientes (Receita Federal, ANVISA, MAPA, Infraero etc.) ocorrerá em âmbito nacional, mediante atuação presencial e remota.

6.3. O contrato será executado de forma continuada, com **vigência prevista de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente por até 10 anos**, com início estimado a partir da assinatura do contrato. A execução ocorrerá **sob demanda**, de acordo com o fluxo efetivo de processos de importação do Ministério da Saúde, podendo variar conforme campanhas de saúde, emergências sanitárias ou necessidades estratégicas de abastecimento.

6.4. O serviço será contratado em **regime de empreitada por preço unitário**, com precificação baseada em eventos processuais ou volumes efetivamente desembarçados, conforme critérios definidos no edital e no contrato. A precificação adotará combinação de parcelas fixas (disponibilidade e estrutura operacional) e variáveis (quantidade de processos executados), assegurando compatibilidade com a natureza flutuante da demanda.

6.5. Por se tratar de prestação de serviço técnico especializado, **não há exigência de manutenção ou assistência técnica em sentido tradicional**, uma vez que não há fornecimento de bens. No entanto, serão exigidas da contratada estrutura de suporte operacional contínuo, capacidade de pronta resposta, atendimento remoto e presencial em tempo hábil, bem como utilização de plataforma digital com funcionalidades de rastreamento, comunicação e auditoria em tempo real. Eventuais falhas ou descumprimentos de prazos estabelecidos contratualmente estarão sujeitos a penalidades e mecanismos de recomposição previstos no contrato. A contratada deverá manter equipe técnica qualificada, disponível para atendimento das exigências dos órgãos intervenientes e das demandas do Ministério da Saúde durante toda a vigência contratual.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição da quantidade estimada de serviços a serem contratados fundamenta-se na análise histórica das operações aduaneiras já executadas pelo Ministério da Saúde, especialmente no âmbito do **Contrato de Despachante Aduaneiro nº 19/2021** e seus respectivos Termos Aditivos, cuja vigência compreende o período de 2021 a 2026. A adoção desse referência é justificada pela continuidade operacional, pela aderência técnica ao objeto e pela existência de registros consolidados e auditáveis dos desembarços realizados ao longo dos últimos anos.

7.2. A estimativa apresentada busca assegurar **previsibilidade, consistência técnica e adequação ao perfil de demanda** do Ministério da Saúde, ao mesmo tempo em que incorpora margens de flexibilidade necessárias para acomodar variações decorrentes de políticas públicas de saúde, sazonalidades de mercado, operações emergenciais, campanhas nacionais ou cenários de calamidade pública.

7.3. Memória de Cálculo

A metodologia empregada toma como base o quantitativo de desembaraços alfandegários efetivamente realizados nos anos anteriores, todos comprovados documentalmente por meio das faturas encaminhadas para pagamento e pelas respectivas **Declarações de Importação (DI)** registradas. Cada desembaraço corresponde, portanto, a uma DI individual.

O histórico recente é o seguinte:

- **2021:** 185 desembaraços alfandegários
- **2022:** 544 (quinhentos e quarenta e quatro) desembaraços
- **2023:** 358 (trezentos e cinquenta e oito) desembaraços
- **2024:** 365 (trezentos e sessenta e cinco) desembaraços

Observa-se que o volume anual apresenta variação relevante, influenciada por fatores como prioridades dos programas de saúde, variações cambiais, campanhas emergenciais, estudos clínicos e outras necessidades estratégicas. A análise conjunta desses anos revela a importância de uma estimativa contratual que absorva flutuações sem comprometer a continuidade operacional.

7.4 Utilização de Contratações Anteriores como Referência

Considerando a estabilidade operacional e o histórico consolidado do **Contrato nº 19/2021**, adota-se sua média de utilização como parâmetro para projeção da nova contratação. Assim, estima-se a manutenção de aproximadamente:

- **67 (sessenta e sete) desembaraços alfandegários mensais**
- **804 (oitocentos e quatro) desembaraços alfandegários anuais**

Esse quantitativo contempla operações de importação e exportação de medicamentos, equipamentos e demais insumos estratégicos para a saúde, que compõem a rotina logística do Ministério da Saúde. Além disso, reflete o comportamento médio de desembaraços necessários para atender às políticas públicas federais de aquisição, distribuição e abastecimento de produtos essenciais à rede SUS.

A estimativa também observa a distribuição geográfica típica das operações, calculada a partir da média histórica:

- **aproximadamente 90%** das operações concentradas no **Aeroporto Internacional de São Paulo (GRU)** e/ou **Porto de Santos**;
- **aproximadamente 10%** distribuídas entre demais portos e aeroportos do território nacional.

Tal proporção decorre da centralização logística e da infraestrutura alfandegária disponível, mas **pode ser alterada ao longo da vigência contratual**, conforme necessidades programáticas, novas rotas logísticas, mudanças em fornecedores internacionais e eventuais operações emergenciais.

Item	Descrição	Quantidade	CATSER
1	Prestação de Serviço de Despacho Aduaneiro para desembaraço alfandegário de importações e exportações demedicamentos, equipamentos edemaís insumos estratégicospara a saúde	804	0003921

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.447.208,04

8.1. O Valor Anual estimado da contratação é de **R\$ 1.447.208,04** (um milhão quatrocentos e quarenta e sete mil duzentos e oito reais e quatro centavos), conforme demonstrado abaixo.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade [Q]	Valor Unitário (R\$) [VU]	Valor Total (R\$) [VU x Q]
1	Prestação de Serviço de Despacho Aduaneiro para desembaraço alfandegário de importações e exportações demedicamentos, equipamentos edemaís insumos estratégicospara a saúde	UN	804	1800,01	1.447.208,04

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação será realizada por item, não havendo formação de grupos para disputa. Assim, a menção a “parcelamento” neste tópico não se refere à estrutura do certame (item/grupo), mas sim à possibilidade de fracionar internamente o objeto — isto é, separar os serviços acessórios e etapas operacionais que compõem o despacho aduaneiro. Após avaliação técnica, econômica e de governança, concluiu-se que o despacho aduaneiro deve ser contratado como um único item indivisível, pois configura uma cadeia integrada, contínua e sequencial de atividades interdependentes.

9.2. O serviço de despacho aduaneiro, no contexto desta contratação, caracteriza-se como processo único e integrado, envolvendo, de forma coordenada e encadeada: (i) análise e validação documental; (ii) classificação fiscal; (iii) interação com órgãos anuentes; (iv) gerenciamento de riscos e exigências regulatórias; (v) controle de prazos e atos formais; (vi) monitoramento de armazenagem e encargos incidentes; e (vii) liberação final da carga. Embora existam atividades distintas, elas são operacionalmente dependentes e exigem coordenação centralizada, responsabilização única e rastreabilidade ponta a ponta, sob pena de comprometer eficiência, segurança e tempestividade do desembaraço.

9.3. O fracionamento do despacho aduaneiro entre fornecedores distintos — seja por fases do processo, por localidades, por tipologias de insumos ou por recortes operacionais — acarretaria fragmentação de comando, aumento de interfaces, multiplicação de pontos de contato e elevação do risco de inconsistências. Esse cenário tende a produzir: divergências documentais, desalinhamento de providências, falhas de comunicação, sobreposição ou lacunas de responsabilidades e dificuldade de atribuição de causa em caso de atrasos, multas, retenções, exigências adicionais, cobranças indevidas ou perda de prazos regulatórios. Em termos de gestão contratual, a divisão do fluxo reduziria a capacidade de controle e de pronta resposta, elevando a probabilidade de eventos críticos.

9.4. Além do risco operacional, o fracionamento tende a ampliar custos transacionais e custos logísticos. A perda de coordenação e a ampliação de falhas de interface podem comprometer prazos sensíveis (inclusive aqueles vinculados a condições de permanência e isenções em terminais alfandegados), com reflexos como aumento de armazenagem, demurrage, capatazia e taxas correlatas. Trata-se de impacto econômico potencialmente relevante, com risco de oneração direta ao Ministério da Saúde e redução de previsibilidade orçamentária, em prejuízo da economicidade da contratação.

9.5. A contratação do despacho como um único item indivisível fortalece a governança, assegura padronização de rotinas e facilita o monitoramento por plataforma digital integrada, especialmente nas unidades alfandegadas de maior fluxo (como Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, Viracopos e Porto de Santos), sem prejuízo de cobertura dos demais terminais utilizados pela Administração. Em sentido oposto, a divisão do objeto demandaria múltiplas equipes, múltiplas rotinas, potenciais sistemas distintos e interpretações não uniformes de normas aduaneiras, sanitárias e tributárias, reduzindo a efetividade do controle institucional e tornando a fiscalização mais onerosa e menos precisa.

9.6. A decisão de estruturar o despacho aduaneiro como item único e indivisível observa os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, em especial planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e segurança jurídica. O parcelamento do objeto é recomendável quando aumenta a competitividade ou reduz custos sem comprometer a qualidade e a responsabilidade pela execução. No caso concreto, contudo, o fracionamento interno do serviço de despacho aduaneiro não produziria ganhos líquidos, pois eleva riscos, aumenta custos de coordenação e reduz a rastreabilidade e a responsabilização. Assim, a opção por manter o serviço de despacho aduaneiro aglutinado em um único item é medida técnica e necessária.

9.7. Diante do exposto, conclui-se que a licitação permanece por item, preservando a competitividade do certame; porém, o conteúdo do despacho aduaneiro — composto por serviços acessórios interdependentes — deve ser contratado de forma unificada em um único item indivisível, para garantir celeridade, precisão, rastreabilidade e responsabilização integral, mitigando riscos operacionais e financeiros. Essa configuração preserva o interesse público, contribui para a disponibilidade contínua de insumos estratégicos e reduz a probabilidade de eventos que possam comprometer políticas de saúde em âmbito nacional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Atualmente, o serviço de despacho aduaneiro no âmbito do Ministério da Saúde é executado por meio do Contrato nº 19/2021, celebrado com a empresa WEGH Assessoria e Logística Internacional Ltda., cujo início ocorreu em 01/03/2021 e cujo término está previsto para 02/03/2026. Trata-se da única contratação vigente que abrange, de forma direta e integral, as atividades de despacho aduaneiro necessárias ao atendimento das demandas institucionais do Ministério. Não foram identificadas outras contratações correlatas que desempenhem funções equivalentes ou complementares no mesmo escopo técnico-operacional.

10.2. A presente contratação tem, portanto, caráter substitutivo, objetivando assegurar a continuidade do serviço após o encerramento do contrato vigente. Dada a natureza crítica do objeto, essencial para a internalização tempestiva de insumos estratégicos, medicamentos, equipamentos e doações internacionais, a manutenção de fluxo ininterrupto de despacho aduaneiro é indispensável para evitar riscos logísticos e impactos negativos nos programas de saúde pública.

10.3. No que se refere a eventuais contratações interdependentes, embora o serviço de despacho aduaneiro não dependa tecnicamente de outras contratações para sua execução direta, observa-se que sua finalidade se articula com diversos instrumentos de gestão e iniciativas institucionais, tais como contratos de aquisição de insumos, convênios e termos de execução descentralizada (TEDs), operações de doação internacional, encomendas

tecnológicas e projetos vinculados às secretarias finalísticas. Assim, ainda que não exista dependência jurídica ou técnica que inviabilize sua autonomia, o serviço desempenha função transversal e habilitadora, permitindo que outros contratos e iniciativas possam atingir seus objetivos dentro dos prazos e requisitos regulatórios.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação evidencia aderência direta e necessária ao planejamento estratégico do Ministério da Saúde, constituindo instrumento operacional indispensável para o cumprimento dos objetivos institucionais associados à garantia de acesso contínuo e seguro a insumos estratégicos para a saúde. Inserida no Objetivo Estratégico nº 4 — *Intensificar o acesso a vacinas, medicamentos e demais insumos estratégicos* — e no Objetivo Estratégico nº 10 — *Otimizar a aquisição e distribuição de medicamentos e insumos estratégicos* — esta contratação contribui de modo estruturante para o fortalecimento da capacidade estatal de prover, de maneira tempestiva, os insumos essenciais utilizados na rede assistencial do Sistema Único de Saúde.

11.2. Em perspectiva ampliada, observa-se que o objeto contratual está plenamente alinhado às metas e diretrizes do **Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024–2027**, sobretudo no que concerne à ampliação do acesso a medicamentos e insumos estratégicos e à qualificação da assistência farmacêutica. O processo de despacho aduaneiro constitui etapa crítica para a internalização de produtos de saúde, interferindo diretamente na disponibilidade física desses insumos e, portanto, na capacidade de resposta do SUS às demandas assistenciais, emergenciais e programáticas. A contratação ora proposta reforça esse compromisso ao assegurar que as operações de importação sejam conduzidas com segurança jurídica, regularidade operacional e observância plena das normas aduaneiras e sanitárias vigentes.

11.3. Do ponto de vista organizacional, a contratação também se encontra em consonância com o Regimento Interno da **Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para a Saúde (CGLOG/DLOG/SE/MS)**, unidade à qual compete coordenar e controlar os processos de importação e exportação de bens, equipamentos e insumos estratégicos. A execução eficiente do despacho aduaneiro é, portanto, condição essencial para o cumprimento das competências regimentais dessa Coordenação-Geral, que atua como elo entre processos logísticos internacionais, órgãos anuentes e fluxos internos de distribuição aos programas de saúde.

11.4. Adicionalmente, a contratação dialoga diretamente com o **Plano Plurianual (PPA) 2024–2027**, no âmbito do Programa 5117 — *Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde*. O objetivo geral desse programa — ampliar o acesso da população a medicamentos, insumos estratégicos e serviços farmacêuticos, qualificando a assistência farmacêutica — depende, entre outros fatores, da capacidade de internalizar produtos importados com rapidez, regularidade e conformidade legal. O serviço de despacho aduaneiro, ao assegurar a entrada tempestiva de insumos e evitar atrasos decorrentes de procedimentos alfandegários, contribui materialmente para os objetivos específicos do programa, tais como o fortalecimento da capacidade estatal, a redução de desigualdades no acesso, a cooperação internacional e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

11.5. O público-alvo beneficiado por essa contratação é amplo e abrange não apenas os usuários do SUS, mas também gestores, profissionais de saúde, instituições de ensino, pesquisa e inovação e laboratórios públicos, evidenciando seu caráter transversal e estratégico para a política pública de saúde.

11.6. No que se refere ao planejamento das contratações, registra-se que a iniciativa está integralmente alinhada ao **Plano Anual de Contratações (PAC) 2025**, em conformidade com a Instrução Normativa nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (SPGC). A contratação consta do PCA sob as seguintes informações:

- **Id PCA/PNCP:** 00394544000185-0-000018/2026
- **Data de Publicação no PNCP:** 09/05/2025
- **Id do Item no PCA:** 70
- **Classe/Grupo:** 839
- **Identificador da Futura Contratação:** 250110-72/2026

11.7. Esses registros demonstram que a contratação foi planejada, formalmente registrada e validada em conformidade com as exigências legais, garantindo aderência às políticas de planejamento, governança das contratações e racionalização dos recursos públicos.

11.8. Assim, verifica-se que a contratação proposta não apenas atende às necessidades logísticas e operacionais imediatas, mas se insere de forma orgânica nos instrumentos de planejamento institucional, programático e legal do Ministério da Saúde, evidenciando plena coerência com o interesse público e com os compromissos estratégicos do SUS para o período 2024–2027.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de despacho aduaneiro representa um benefício estratégico e indispensável para o Ministério da Saúde, especialmente em razão da inexistência de quadro próprio capaz de desempenhar essa atividade de forma contínua, técnica e distribuída pelos principais pontos de entrada de cargas no país. Trata-se de um serviço essencial para garantir que medicamentos, vacinas, insumos estratégicos, equipamentos de saúde e demais cargas de interesse público cheguem ao SUS dentro dos prazos necessários, assegurando a continuidade das políticas de saúde e a regularidade do abastecimento em âmbito nacional.

12.2. Do ponto de vista dos **benefícios diretos**, a contratação viabiliza a nacionalização tempestiva e segura das cargas importadas pelo Ministério da Saúde, reduzindo significativamente o risco de atrasos, retenções, multas, erros documentais ou entraves regulatórios que poderiam comprometer programas assistenciais, tratamentos de alta complexidade, atendimento a doenças raras e demandas judiciais. Os despachantes aduaneiros são

profissionais altamente especializados, com habilitação e registro em órgãos como Receita Federal, ANVISA, MAPA e CNEN, o que garante conformidade técnica e regulatória dos processos. Além disso, a estrutura logística da empresa contratada, já estabelecida em aeroportos e portos estratégicos, assegura maior eficiência operacional, celeridade nos procedimentos e redução do tempo de internalização das cargas. Isso evita custos com armazenagem prolongada, demurrage, sobre-estadia e retrabalho administrativo, contribuindo para o uso racional dos recursos públicos.

12.3. No campo dos **benefícios indiretos**, a contratação potencializa a execução das políticas públicas de saúde ao permitir que os insumos importados cheguem ao SUS de forma contínua e previsível. A efetividade de programas de vacinação, vigilância epidemiológica, atenção especializada, assistência farmacêutica e resposta a emergências sanitárias depende diretamente da capacidade do Ministério da Saúde de internalizar insumos de maneira eficiente e segura. O serviço contratado também contribui para a integração da cadeia logística, reduzindo gargalos e ampliando a previsibilidade entre as etapas de compra, importação, armazenagem e distribuição. Ademais, ao evitar atrasos no desembaraço, a contratação reduz despesas indiretas relacionadas à manutenção de carga em áreas alfandegadas e previne prejuízos decorrentes de vencimento ou avarias.

12.4. Outro benefício indireto consiste no suporte que o serviço de despacho aduaneiro fornece a diferentes instrumentos de gestão já em curso, como compras nacionais e internacionais, doações multilaterais, encomendas tecnológicas e projetos executados por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Embora não se trate de contratação interdependente no sentido estrito, o serviço é fundamental para que tais iniciativas alcancem resultados concretos e tempestivos, funcionando como elo operacional que garante a chegada efetiva dos produtos ao território nacional.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A adequada execução do contrato de despacho aduaneiro demanda que a equipe responsável pela gestão, acompanhamento e fiscalização esteja plenamente capacitada para atuar em conformidade com as normas vigentes. Em razão das mudanças introduzidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 11.246/2022, torna-se imprescindível que os servidores designados dominem os novos requisitos operacionais, procedimentais e de responsabilização relativos à fiscalização contratual, assegurando a governança, a eficiência e a transparência do processo.

13.2. Nesse sentido, uma das providências essenciais consiste na capacitação específica dos fiscais técnico e administrativo, bem como do gestor do contrato, contemplando as atribuições previstas na nova legislação, os instrumentos de monitoramento, o registro de ocorrências, a metodologia de verificação de conformidade e os mecanismos formais de comunicação com a contratada. Essa formação deve abranger aspectos como: gestão de riscos, acompanhamento de níveis de serviço (SLA), controle de prazos, conferência documental, análise de eventuais incidentes e aplicação de sanções quando cabível.

13.3. Adicionalmente, a natureza altamente técnica da atividade de despacho aduaneiro exige que os servidores envolvidos no acompanhamento da execução contratual sejam também treinados para utilizar as plataformas operacionais disponibilizadas pela empresa contratada. Isso inclui o conhecimento das ferramentas de rastreamento digital de cargas, dos painéis de monitoramento, dos módulos de controle de etapas do despacho, dos mecanismos de comunicação com o despachante e das interfaces administrativas utilizadas para registro e verificação de eventos logísticos. Essa capacitação operacional é indispensável para que a fiscalização seja efetiva, permitindo ao Ministério da Saúde acompanhar em tempo real o fluxo dos processos aduaneiros e assegurar a manutenção dos padrões de eficiência e segurança exigidos.

13.4. Assim, as providências a serem adotadas concentram-se em dois eixos principais:

- (i) a capacitação normativa e procedimental dos agentes públicos responsáveis pela gestão contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.246/2022; e
- (ii) o treinamento técnico-operacional voltado ao uso dos sistemas e ferramentas disponibilizados pela operadora de despacho aduaneiro.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A prestação de serviços de despacho aduaneiro, por sua natureza administrativa e predominantemente documental, não implica impacto ambiental direto relevante, uma vez que não envolve atividade industrial, manipulação de resíduos, intervenções físicas, transporte próprio de cargas ou qualquer operação potencialmente poluidora nos termos da legislação ambiental vigente. Trata-se de serviço especializado de caráter intelectual e procedimental, cujo objetivo é viabilizar o processo de nacionalização de cargas mediante interação com sistemas oficiais, órgãos intervenientes e operadores logísticos.

14.2. No entanto, ainda que o impacto direto seja mínimo, a contratação guarda relação indireta com a cadeia logística do Ministério da Saúde, podendo afetar aspectos ambientais associados ao transporte, armazenagem e movimentação de produtos importados. Nessa perspectiva ampliada, eventuais riscos ambientais vinculam-se a fatores externos à atividade do despachante, mas que podem ser influenciados pela eficiência e tempestividade do serviço contratado. Atrasos injustificados no desembaraço, por exemplo, podem gerar a permanência prolongada de produtos farmacêuticos em áreas alfandegadas, aumentando o risco de deterioração, descarte inadequado, perda de insumos e, conseqüentemente, impactos ambientais relacionados ao manejo de resíduos especiais.

14.3. De outro lado, a correta execução do despacho aduaneiro contribui positivamente para a mitigação desses riscos, ao assegurar que medicamentos, vacinas, equipamentos e insumos sensíveis transitem pelos ambientes alfandegários dentro dos prazos adequados, reduzindo a probabilidade de perdas, contaminações ou necessidade de descarte. Assim, a eficiência do serviço tem reflexos ambientais indiretos, promovendo o uso racional de recursos e evitando desperdícios que demandariam destinação ambientalmente controlada.

14.4. Diante disso, conclui-se que a contratação em si **não gera impactos ambientais diretos**, mas apresenta **efeitos indiretos positivos** ao favorecer o fluxo regular de insumos estratégicos, contribuindo para a prevenção de perdas e para a redução do volume potencial de resíduos especiais.

15. Enquadramento na LEI Nº 13.709 (LGPD)

15.1. O presente ETP não envolve tratamento de dados pessoais, uma vez que todas as informações tratadas são exclusivamente administrativas e vinculadas ao processo de despacho aduaneiro. Dessa forma, o documento não se enquadra no escopo de aplicação da LGPD.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Após análise técnica, jurídica, operacional e econômica desenvolvida ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada em despacho aduaneiro configura solução **plenamente viável**, adequada e necessária para atender às demandas do Ministério da Saúde relacionadas à nacionalização de medicamentos, insumos estratégicos e equipamentos de saúde adquiridos no exterior.

16.2. A avaliação de viabilidade considerou múltiplas dimensões. Do ponto de vista **técnico-operacional**, verificou-se que o Ministério da Saúde não dispõe de pessoal qualificado, estrutura física ou sistemas específicos para executar diretamente o procedimento de desembaraço aduaneiro, atividade que exige habilitação especializada, atuação contínua em zonas alfandegadas estratégicas e articulação permanente com órgãos intervenientes como Receita Federal, Anvisa, MAPA e Infraero. A inexistência dessa capacidade interna inviabiliza a execução por meios próprios, ao mesmo tempo em que reforça a pertinência da terceirização do serviço.

16.3. Sob a perspectiva **econômica e logística**, demonstrou-se que a manutenção da eficiência da cadeia de suprimentos do SUS depende de processos de nacionalização cêleres, rastreáveis e juridicamente seguros. A contratação especializada reduz riscos de atrasos, custos adicionais, multas, perdas de insumos e desperdícios, contribuindo para economicidade, continuidade do abastecimento e integridade patrimonial dos produtos. A existência de histórico contratual consolidado (Contrato nº 19/2021) e dados quantitativos confiáveis reforça a previsibilidade da demanda e a sustentabilidade financeira da contratação.

16.4. No que se refere à **viabilidade jurídica**, a modelagem adotada — pregão eletrônico, critério de menor preço e modo de disputa aberto e fechado — encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança jurídica, competitividade, isonomia entre licitantes e compatibilidade com o caráter de serviço comum especializado. As exigências de habilitação técnica, fiscal e operacional são proporcionais ao objeto e asseguram qualidade mínima no desempenho contratual.

16.5. A análise também confirmou **aderência plena ao planejamento estratégico institucional**, ao Plano Nacional de Saúde (PNS 2024–2027), ao Plano Plurianual (PPA 2024–2027) e ao Plano Anual de Contratações (PCA 2025), consolidando a necessidade como prioridade administrativa para garantir acesso a insumos essenciais à saúde pública.

16.6. Por fim, no aspecto **ambiental**, verificou-se que o serviço não produz impactos diretos significativos e contribui indiretamente para reduzir perdas e descartes inadequados, reforçando a sustentabilidade da cadeia logística em saúde.

16.7. Diante de todos esses elementos, **declara-se viável, necessária e vantajosa a presente contratação**, sendo a solução proposta a que melhor atende ao interesse público, aos princípios da administração pública e às necessidades operacionais do Ministério da Saúde.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KATIANE RODRIGUES TORRES

Equipe de Planejamento da Contratação - EPC

LILIAN ALMEIDA ARAUJO DE MELO SA

Equipe de Planejamento da Contratação - EPC

GUSTAVO APOLIANO MESQUITA

Equipe de Planejamento da Contratação - EPC



Assinou eletronicamente em 14/01/2026 às 17:07:29.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contrato 122/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
122/2025	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	19/12/2025 13:57 (v 0.3)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25000.012846/2025-80

(Processo Administrativo nº 25000.012846/2025-80)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A [União] , por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25000.012846/2025-80 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns especializado de despacho aduaneiro que tem por objetivo o desenvolvimento das atividades relacionadas à liberação alfandegária de medicamentos, equipamentos e demais insumos estratégicos para saúde, integrantes dos Programas de Saúde do Ministério da Saúde, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.2. O valor total da contratação é de R\$ 1.447.208,04 (um milhão, quatrocentos e quarenta e sete mil duzentos e oito reais e quatro centavos).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3] ;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SINVAL ALAN FERREIRA SILVA
Autoridade competente